



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS



Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

EMÍDIO DE BRITO BELARMINO MOIANA

O CONTRIBUTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS DO
DISTRITO DE MOAMBA

Maputo, Dezembro de 2017

O CONTRIBUTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS DO
DISTRITO DE MOAMBA

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane como Requisito Parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

O Supervisor	A Arguente	O Presidente do Juri
Prof. Doutor Samuel António Quive	Prof ^a . Doutora Inês Macamo Raimundo	Prof. Doutor Ramos Muanamoha

Maputo, Dezembro de 2017

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Emídio de Brito Belarmino Moiana** declaro por minha honra que a presente dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau acadêmico ou num outro âmbito, e que ela constitui resultado do meu labor individual sob orientação do supervisor, o seu conteúdo é original e as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto e na bibliografia. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestrado, da Universidade Eduardo Mondlane.

O Autor

(Emídio de Brito Belarmino Moiana)

DEDICATÓRIA

*Aos meus familiares, de modo particular aos meus pais
Ema Batista Saíte e Belarmino Jubileu Moiana, a minha
esposa Célia José Mucavele, as minhas filhas Lyane
Emídio de Brito Moiana e Ilundy Emídio de Brito Moiana,
aos meus irmãos Ivan Moiana e Sheila Moiana.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pelos desafios superados no cotidiano, tendo possibilitado a frequência do curso com saúde e motivação intrínseca. Ao Prof. Doutor Samuel António Quive pelos ensinamentos, encorajamento, atenção, acessibilidade e pelo amor que tem para com os outros e sobretudo pelas oportunidades proporcionadas, incluindo o despertar interesse pela Sociedade Civil, que Deus o abençoe.

Ao Doutor Pe. Giuseppe Meloni pelo encorajamento e motivação para continuar com os estudos e pela abertura e amizade. Ao Prof. Doutor José Blaunde Patimale pelo encorajamento e motivação no processo de pesquisa, ao Pe. Konrad Klich pela abertura, compreensão e encorajamento.

Aos meus pais, Belarmino Jubileu Moiana e Ema Batista Saíte pelo carinho que tem por mim e que o seu amor permaneça para sempre. A minha esposa Célia José Mucavele, filhas Lyane Emídio de Brito Moiana e Ilundy Emídio de Brito Moiana pela compreensão nas ausências constantes no contexto da formação e exigências da profissão. Aos meus irmãos Ivan Jubileu Moiana e Sheila Elisa Moiana pela atenção e carinho. Aos tios, Maria de Flávia Moiana, Graça Moiana, Alfredo Moiana, Sérgio Moiana, Angelina Moiana pelo carinho que sempre tiveram com os seus.

Os meus agradecimentos são estendidos a toda família Moiana, Saíte, Chirindza, Sortino, aos amigos e colegas, Baltazar Muinga, Book Sambo, João Colaço, Manuel Macia, Obede Baloi, Cláudio Saíte, Olívia Matusse, Firmino Mujovo, Teófilo Munjovo, Tomás Xerinda, Eunice Sumburane, Jaime Dias, Marta Chicuamba, Gilza Delfina e Patrícia Rodrigues. Agradecer também, a todo corpo docente do Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento da FLCS-UEM pelos ensinamentos, reflexões e discussões proporcionadas.

De igual modo, agradeço aos membros dos agregados familiares, as Organizações da Sociedade Civil e as autoridades administrativas do distrito de Moamba que fizeram parte da pesquisa, de modo especial ao Sr. Celso Maolele pelo apoio proporcionado durante a pesquisa.

A todos o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

“As sociedades da África Subsariana possuem realidades complexas (...) que se conformam em construções políticas, económicas e sociais (des)articuladas por desenvolvimentos não «naturais» influenciados por factores e interesses alheios, tornando-as vulneráveis” (Mosca, 2002: 11).

RESUMO

A presente pesquisa procura analisar o contributo das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Moamba. Destacaram-se como hipóteses, o facto dos projectos implementados pelas OSC contribuem para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, porém terminados os projectos os agregados familiares beneficiários apresentam índices elevados de pobreza. Por outro lado, os projectos implementados revelam-se desajustados a realidade vivencial das comunidades devido a fraca participação e integração da comunidade local na concepção dos mesmos e a fraca promoção de acções formativas. Em relação aos procedimentos metodológicos, a natureza foi qualitativa, o método privilegiando é o estudo de caso e para a recolha de dados, recorreu-se aos métodos de observação directa e entrevistas semi-estruturadas. Como teorias, destacou-se a teoria da Sociedade Civil de Gramsci, a abordagem orientada aos actores de Norman Long e a abordagem de desenvolvimento de Felwine Sarr. As teorias anunciadas convergem na necessidade de valorização das práticas locais, tendo como base a história das sociedades, os valores culturais, o poder participativo e decisivo (liberdade). Em relação ao contributo das OSC no período de 2003 a 2015 os dados da pesquisa apontam para a expansão de serviços básicos e o surgimento de novas infra-estruturas como a construção de salas de aula, a expansão da rede de abastecimento de água e energia eléctrica, a expansão da rede sanitária, dentre outros. A nível dos agregados familiares, destaca-se a capacidade que os membros dos agregados familiares beneficiários tiveram de aceder a bens e serviços básicos, designadamente, o acesso aos serviços de saúde, acesso à educação por parte das crianças, acesso à água potável, acesso à energia eléctrica e melhorias das habitações. Todavia, a fraca participação dos beneficiários na concepção dos projectos, a fraca articulação entre intervenientes, a exiguidade de fundos aliada a extrema dependência financeira das OSC, a duração dos projectos, os índices de analfabetismo e o HIV/SIDA constituíram alguns dos principais entraves do desenvolvimento das comunidades, tendo influenciado no recrudescimento dos índices de pobreza no distrito, pois, a maior parte dos beneficiários após o término dos projectos não encontraram um enquadramento social.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil, Desenvolvimento, Desenvolvimento das Comunidades Rurais, Famílias, Beneficiários, Pobreza.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the contribution of civil society organizations (CSO) in the development of rural communities in the district of Moamba. Stood out like a shot, the fact that the projects implemented by the CSO contribute to the improvement of the living conditions of the beneficiary families, but terminated the projects beneficiary households present high levels of poverty. On the other hand, the projects implemented are misfits experiential reality of communities due to low participation and integration of the local community in the design and the promotion of training. In relation to methodological procedures, nature has been qualitative, the method favoring is case study and for the collection of data, resorted to the methods of direct observation and semi-structured interviews. As theories, the theory of Civil Society Gramsci, the object-oriented approach to the actors of Norman Long and Felwine Sarr development approach. The theories converge on the need for appreciation announced of local practices, based on the history of societies, cultural values, participatory and decisive power (freedom). In relation to the contribution of CSO in the period 2003 to 2015 the research data points to the expansion of basic services and the emergence of new infrastructure such as the construction of classrooms, the expansion of the water supply and electricity the expansion of the health network, among others. The household level is the ability of the members of the beneficiary households had access to basic goods and services, in particular, access to health services, access to education for children, access to safe drinking water, access to electric power and housing improvements. However, the weak participation of beneficiaries in project design, the weak coordination between stakeholders, the scarcity of funds combined with extreme financial dependence of the OSC, the duration of the projects, the rates of illiteracy and HIV/AIDS were some of the main obstacles to the development of communities, having influenced the rise of poverty in the district because, most of the beneficiaries after the end of the projects have not found a social framework.

Keywords: Civil Society Organizations, development, development of rural communities, Families, Beneficiaries, Poverty.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para o Povo
CIVICUS	Aliança Global para o fortalecimento da Acção do Cidadão e da Sociedade Civil
CONFHIC	Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição
COV's	Crianças Órfãs e Vulneráveis
EDM	Electricidade de Moçambique
FDC	Fundo do Desenvolvimento Comunitário
FDD	Fundo do Desenvolvimento Distrital
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISC	Índice da Sociedade Civil
MAE	Ministério da Administração Estatal
Nº	Número
OIIL	Orçamento do Investimento de Iniciativa local
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ONG's	Organizações Não Governamentais
OXFAM	Oxford Committee Famine Relief

PDS	Programa de Desenvolvimento Social
PEPFAR	Plano de Emergência do Presidente dos E.U.A para o Alívio do SIDA
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
RSA	República Sul Africana
SPSS	Static's Program for Social Science
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SNE	Sistema Nacional de Educação
TARV	Tratamento Anti-retroviral
TCE	Total Controle da Epidemia
TRÓCAIRE	Agência de desenvolvimento ultramarino oficial da Igreja Católica na Irlanda
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

ÍNDICE	
DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE FOTOGRAFIAS	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	5
1.1 Contexto histórico do desenvolvimento de África e Moçambique.....	5
1.2 Tipologia das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique.....	10
1.3 Formulação do problema.....	11
1.4 Hipóteses de estudo	15
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	16
2.1 Enquadramento teórico	16
<i>2.1.1 Teoria de base</i>	<i>16</i>
<i>2.1.2 Teorias auxiliares</i>	<i>16</i>

2.2 Enquadramento Conceptual	18
2.2.1 <i>Sociedade Civil</i>	19
2.2.2 <i>Desenvolvimento</i>	20
2.2.3 <i>Família</i>	22
2.2.4 <i>Comunidade</i>	24
2.2.5 <i>Desenvolvimento Comunitário</i>	25
2.2.6 <i>Desenvolvimento Rural</i>	26
2.2.7 <i>Pobreza</i>	26
2.2.8 <i>Distrito</i>	27
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE PESQUISA	29
3.1 Caracterização da área e da população da pesquisa	30
3.2 Constrangimentos da pesquisa	34
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO	36
4.1. Género dos membros dos agregados familiares beneficiários	36
4.2 Idade dos membros dos agregados familiares beneficiários	36
4.3 Condições socioeconómicas dos agregados familiares beneficiários dos projectos de desenvolvimento	37
4.4 Actividade de rendimento actual dos membros dos agregados familiares beneficiários dos projectos de desenvolvimento	41
4.5 Área e nível de formação dos representantes das Organizações da Sociedade Civil ..	43
4.6 Tipo de projectos de desenvolvimento implementados	44

4.7 Duração dos projectos de desenvolvimento implementados	47
4.8 Proveniência do financiamento dos projectos de desenvolvimento	48
4.9 Principais actores do processo de concepção dos projectos de desenvolvimento	50
4.10 Factores que influenciaram na definição de projectos e programas de desenvolvimento	54
4.11 O papel dos principais actores do processo de desenvolvimento na concepção dos projectos de desenvolvimento.....	58
4.12 Critérios de elegibilidade dos beneficiários dos projectos de desenvolvimento	62
4.13 Serviços e apoios prestados pelas Organizações da Sociedade Civil no âmbito da implementação dos projectos	64
4.14 Actividades realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil durante os projectos	66
4.15 Impacto socioeconómico dos projectos de desenvolvimento implementados	69
4.16 Mecanismos de monitoria e avaliação dos projectos adoptados pelas autoridades administrativas	74
4.17 Dificuldades enfrentadas durante a implementação dos projectos de desenvolvimento	75
4.18 Avaliação dos projectos de desenvolvimento implementados	81
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
APÊNDICES.....	92
ANEXOS	105

LISTA DE TABELA

Tabela Única. População e amostra da pesquisa	32
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.3.1. Origem das transferências financeiras recebidas pelas Organizações da Sociedade Civil Moçambicanas.....	12
Figura 3.1.1. Mapa geográfico do distrito de Moamba.....	30

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 4.3.1. Residência de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia	38
Fotografia 4.3.2. Cozinha de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia	39
Fotografia 4.3.3. Residência de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia	40
Fotografia 4.18.1. Estabelecimento comercial de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia	82

INTRODUÇÃO

Em Moçambique diferentes políticas de desenvolvimento foram implantadas na perspectiva de catapultar esforços em prol do bem-estar social, todavia, o país ainda assinala níveis elevados de pobreza. Os interesses económicos externos, a exploração de capitais, a dívida externa, dentre outros indicadores, continuam sendo apontados como causas importantes das situações negativas dos países africanos (Mosca, 2002).

África ressentem-se dos caminhos receitados, modelos económicos, sociais e políticos não adequados às sociedades africanas. Na óptica de Sarr (2016), urge a necessidade de se imaginar um novo futuro para África, onde os africanos devem desenvolver as suas próprias ideias, sobre como equilibrar aspectos políticos, económicos, culturais, simbólicos de um discurso de âmbito civilizacional e se reflectir sobre o tipo de sociedade que os africanos pretendem construir e que valores devem ser defendidos pelas sociedades africanas.

No contexto dos factores que influem nos índices de pobreza em Moçambique destacam-se também fragilidades na conjugação de políticas e iniciativas de desenvolvimento, acordos de cooperação internacional desfavoráveis as reais necessidades e contexto vivencial dos moçambicanos.

A pobreza em Moçambique é um fenómeno generalizado, mas predominantemente rural, entretanto, segundo PNUD (2016) cerca de 44.1% da população moçambicana vive em situação de pobreza, registando-se níveis mais acentuados nas áreas rurais quando comparadas às áreas urbanas.

Não obstante, Moçambique devido à sua localização geográfica é frequentemente afectado por calamidades naturais. Com as mudanças climáticas os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) como Moçambique, têm enfrentado dificuldades em lidar com este fenómeno, pois assiste-se um incremento na frequência e intensidade dos fenómenos naturais (cheias, secas, ciclones, dentre outros).

As comunidades rurais ressentem-se mais dos efeitos das mudanças climáticas pelo facto de terem na sua maioria como base de sobrevivência a agricultura de subsistência, que por sua vez,

depende dos fenómenos naturais para sua efectivação. Um número reduzido de pessoas maioritariamente rural recorre a pequenas exportações para garantirem o seu sustento.

A preocupação com as questões do desenvolvimento surge exactamente por conta das contradições que se expressam nas situações de pobreza de alguns países em relação aos outros ou na maioria das camadas da população em relação a algumas poucas privilegiadas e no entanto, vulneráveis (Francisco, 2007).

A discussão à volta do desenvolvimento das comunidades rurais abrange diversos actores, nomeadamente, académicos, políticos, dentre outros intervenientes. Portanto, é neste âmbito que se destaca o papel que as Organizações da Sociedade Civil têm no incremento de acções que visem o desenvolvimento das comunidades, particularmente rurais.

É no contexto do desenvolvimento rural que foi desenvolvida a presente pesquisa, subordinada ao tema: *Sociedade Civil e Desenvolvimento das Comunidades Rurais*, tendo como foco o contributo das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento das comunidades do distrito de Moamba, no Posto Administrativo de Moamba e Posto Administrativo de Ressano Garcia, no período de 2003 a 2015.

- **Objectivos da pesquisa**

A pesquisa tinha por objectivo, analisar o contributo das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Moamba (Posto Administrativo de Moamba e Posto Administrativo de Ressano Garcia). De modo específico pretendia-se:

- 1) Identificar os factores que influenciam na definição dos projectos de desenvolvimento rural;
- 2) Explicar a relação estabelecida entre os principais actores do processo de desenvolvimento;
- 3) Perceber os mecanismos de implementação, monitoria e avaliação dos projectos de desenvolvimento e por último;

- 4) Descrever o impacto socioeconómico dos projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC nas comunidades rurais.

- **Justificativa**

A motivação para a escolha do tema deveu-se ao facto de se verificar com maior incidência no meio rural, agregados familiares vivendo em situação de pobreza, mesmo por vezes tendo se beneficiado de projectos de desenvolvimento.

No distrito de Moamba esta realidade constitui um entrave ao desenvolvimento das comunidades, pois, parte considerável das famílias vive num contexto de pobreza, desprovidas de mecanismos capazes de satisfazer as necessidades básicas da família e clamam pela falta de uma habitação condigna, o fraco acesso aos serviços de saúde e de educação, o fraco acesso à rede de abastecimento de água potável e de energia eléctrica e o poder limitado na tomada de decisão sobre a vida da própria comunidade.

A delimitação do período de 2003 a 2015 foi por constituir um período que permitiu identificar parte dos agregados familiares beneficiários dos projectos de desenvolvimento e colher dados que possibilitaram a compreensão do contributo das OSC no desenvolvimento do distrito de Moamba. A extensão para 2015 deveu-se à necessidade de se colher dados actualizados sobre o problema em discussão.

A pesquisa traz um contributo a nível social ao dar a conhecer as estratégias levadas a cabo pelas OSC na promoção do desenvolvimento das comunidades rurais, e por outro lado, por permitir a discussão à volta dos factores que influenciam na definição, monitoria e avaliação dos projectos de desenvolvimento rural, incluindo o impacto socioeconómico destas intervenções.

A nível científico a presente pesquisa tem em vista suscitar um debate académico, a volta do contributo que as OSC têm na busca de mecanismos que garantam o desenvolvimento das comunidades rurais e permitir uma discussão à volta dos factores que influem nos processos de desenvolvimento rural.

- **Estrutura do trabalho**

A presente pesquisa obedece a seguinte estrutura: a introdução, onde são apresentados os pressupostos da pesquisa, designadamente o tema, os objectivos, a justificativa e a respectiva estrutura do trabalho; de seguida o primeiro capítulo, onde é feita a contextualização da pesquisa e por conseguinte a formulação do problema, a pergunta de pesquisa, as hipóteses e por último dá-se a conhecer a tipologia das OSC em Moçambique.

Segue-se o segundo capítulo, onde destaca-se o enquadramento teórico e conceptual, designadamente, a apresentação e discussão das teorias que norteiam a pesquisa, a definição dos conceitos-chave e sua respectiva operacionalização.

O terceiro capítulo é reservado à metodologia usada para a consecução da pesquisa, a destacar o tipo de estudo, os métodos de pesquisa, a descrição da área e do universo populacional, a amostra e a respectiva amostragem, os critérios de selecção da amostra, os instrumentos de recolha de dados, as técnicas de análise e tratamento de dados, a validade e fiabilidade dos resultados, as questões éticas, constrangimentos e limitações da pesquisa.

O quarto capítulo é reservado a apresentação e discussão dos resultados do trabalho de campo, posteriormente, são dadas a conhecer as conclusões do estudo, incluindo as recomendações; de seguida as referências bibliográficas e por último os apêndices e anexos.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Após a fase introdutória segue o presente capítulo que tem em vista a contextualização da pesquisa, a revisão da literatura e por conseguinte a formulação do problema, incluindo a pergunta de pesquisa e as respectivas hipóteses. O presente capítulo é subdividido em quatro (4) tópicos, nomeadamente: contexto histórico do desenvolvimento de África e de Moçambique; formulação do problema, as hipóteses de estudo e por último a tipologia das OSC em Moçambique.

1.1 Contexto histórico do desenvolvimento de África e de Moçambique

As constantes guerras políticas movidas por conflitos étnicos e interesses externos em África, continuam a condicionar os avanços socioeconómicos tão esperados pelos africanos. África destaca-se pela complexidade de relações sociais, entretanto, os valores culturais e a preponderância das relações de cooperação internacional mostram-se determinantes na tomada de decisões a nível social e económico do continente.

As relações de “cooperação” compulsam as políticas de desenvolvimentos adoptadas pelas nações africanas, facto movido por diferentes interesses das grandes potências mundiais, que outrora colonizaram África e continuam a saquear os recursos e riquezas em prol do seu próprio benefício.

As sociedades da África subsaariana possuem realidades complexas onde se cruzam histórias, povos, línguas, religiões, raças, etnias, que se confrontam em construções políticas, económicas e sociais (dês) articuladas por desenvolvimentos não naturais e influenciados por factores e interesses alheios, tornando-as vulneráveis e sobretudo, onde o futuro é poucas vezes determinado pelos respectivos povos (Mosca, 2002: 11).

Nesta conjuntura persistem também interesses que sustentam os conflitos e prevalecem os padrões e mecanismos económicos do sistema mundial que reproduzem as causas da crise, transformando África num continente exportador de capitais, apesar de cidadãos dos países desenvolvidos consumirem a imagem de doadores (Mosca, 2002).

Os interesses com as riquezas de África jazem de muitos séculos, muito antes do período das expedições mercantis, pois, em África já existiam trocas comerciais com os árabes e persas e que muitas vezes eram desfavoráveis aos nativos (africanos).

Com a colonização esta apetência em extrair os recursos de África para alimentar as indústrias ocidentais cresceu e no entanto, esta intenção prevalece, mesmo se considerarmos os países africanos independentes politicamente, subsiste ainda uma dependência económica e que tem repercussões nas políticas e estratégias de desenvolvimento adoptadas pelos governos africanos.

Os africanos devem fazer uma auto-reflexão, devem pensar nas suas soluções e tornarem-se menos vulneráveis às influências exteriores veiculadas em nome de um interesse que não é necessariamente o seu (Sarr, 2016).

Moçambique não se distancia desta realidade, pois ressent-se do seu passado histórico e das relações de cooperação estabelecidas até então, facto que exerce influência nos projectos de desenvolvimento implementados nas diferentes comunidades do país.

Em Moçambique os sectores da saúde, educação, género, acesso ao emprego e a renda, desastres naturais entre outros são apontados como os mais vulneráveis, exigindo-se cada vez mais esforços, recursos humanos, matérias e financeiros para redução dos índices de vulnerabilidade da população, na perspectiva de se acelerar os processos de desenvolvimento.

Ao longo da sua história, Moçambique assistiu várias transformações de acordo com os interesses, necessidades e objectivos de cada época. Após a independência Moçambique assistiu uma guerra civil que durou 16 anos, foi igualmente assolado por uma crise económica e também foi devastado por calamidades naturais que retardaram os esforços com vista ao célere desenvolvimento do país.

A guerra de desestabilização trouxe como consequências a destruição de infra-estruturas sociais, a fome, saída maciça da população da zona rural para os centros urbanos, o que levou as cidades a serem zonas de grande concentração populacional.

O ciclo de ciclones, cheias, secas que assolaram o país, não só semearam luto na população, como também arrastaram consigo casas, linhas férreas, estradas, pontes, culturas, criando situações de intransitabilidade das zonas de produção, destruindo culturas, o que por sua vez influenciou nos índices de pobreza das comunidades rurais.

Na década 80, Moçambique foi assolado por uma crise económica causada por factores endógenos a destacar: erros na combinação de políticas de desenvolvimento e gestão económica, e por outro lado, também foi afectado por factores exógenos marcados pela deterioração dos termos de troca dos produtos primários; acções de protecção dos países desenvolvidos com relação às exportações dos PVD e o aumento acentuado das taxas de juro no mercado internacional nos finais da década de 1970 (PNUD, 2006).

A combinação dos efeitos da guerra, à crise económica, às calamidades naturais, forçaram o país a declarar situação de emergência, todavia, após o término do programa de emergência na segunda metade da década 90, o governo lançou o Programa de Desenvolvimento Social (PDS), como alternativa encontrada que permitiria a permanência da comunidade internacional, particularmente das OSC a trabalhar no processo de reconstrução do país e de apoio às populações que ainda continuavam bastante necessitadas (Francisco, 2007).

Nesta senda, a comunidade internacional aderiu ao programa, entretanto, houve necessidade de se rever algumas metodologias de trabalho que no passado recente constituíram entraves, tendo se acrescido uma nova componente (participação comunitária como prioridade e obrigatória em todos projectos) nos encontros e discussões entre os financiadores, o governo e os executores (Francisco, 2007).

Não obstante, as OSC como forma de responder às novas exigências (participação comunitária) para se beneficiarem de financiamentos nos projectos de desenvolvimento, passaram a “incluir” a comunidade nas actividades, mesmo tendo a consciência de que estas, não possuíam nenhuma preparação técnica para o efeito (Francisco, 2007).

As populações, detentoras de modelos tradicionais de solidariedade, porque sentiam que tinham necessidades, mesmo sem saber quais as condições que a organização trazia para determinado projecto, em termos de recursos, e o que significa a sua “participação” no custo final de

determinada obra, e se tal participação era tida como uma contraparte pela organização, elas se entregavam ao trabalho, cavando área, apanhando pedras, fabricando blocos, limpando terrenos para as obras, trabalho que podia traduzir em milhões de meticais da antiga família, entretanto, as populações nunca souberam que o seu trabalho podia ser traduzido em dinheiro e figurar nos relatórios destas organizações que diziam que “estavam a apoiar as populações” (Francisco, 2007: 138).

Os factores acima aludidos na óptica de Francisco (2007), e portanto a pesquisa se identifica com esta visão, contribuíram para a introdução da componente “participação” nos discursos das organizações depois do programa de emergência, com fraca se não nenhuma participação activa dos principais actores de desenvolvimento (comunidades beneficiárias).

Salientar que estas práticas prevalecem actualmente, servindo de impulso para o financiamento das OSC em Moçambique, facto deveras influenciado pela extrema dependência financeira destas organizações. A concepção, implementação, monitoria e avaliação dos projectos de desenvolvimento rural são ainda esboçados na óptica dos financiadores e em muitos casos, não se tem em conta os valores, princípios e prioridades das comunidades beneficiários.

Um dos factores determinantes no desenvolvimento das comunidades rurais para além da natureza das OSC que actuam no meio rural, é o elevado índice de pobreza e analfabetismo que se conjuntura na população rural.

Na discussão a volta da pobreza é importante desatacar os indicadores, pois, esta pode ser vista sob diferentes prismas. Constituem indicadores socioeconómicos da pobreza em Moçambique, o acesso a escolaridade ou frequência escolar, o acesso a saúde, o acesso a justiça, o acesso ao emprego e renda, o acesso a água potável, participação política (órgãos de tomada de decisão), a esperança de vida, dentre outros (PNUD, 2014).

No contexto da governação, como forma de alterar o quadro de pobreza, Moçambique experimentou diferentes iniciativas de desenvolvimento. Dentre múltiplas iniciativas, importa destacar as mais recentes, *“a criação de um fundo oficialmente destinado a financiar o desenvolvimento local a nível distrital, inicialmente designado Orçamento de Investimento de*

Iniciativa local (OILL) e mais tarde conhecido por Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)” (Brito e et. al, 2012: 412).

As iniciativas acima descritas incluindo a aposta na revolução verde, a aposta em biocombustíveis (incentivo as comunidades para o cultivo da jatrofa) tinham como principal objectivo, reduzir os índices de pobreza em Moçambique e catapultar esforços para um desenvolvimento acelerado, porém, ainda não se vislumbraram resultados tangíveis com a implementação destas estratégias de desenvolvimento no país (Brito e et. al, 2012).

Segundo Governo de Moçambique (2001) citado por Brito e et. al. (2012), três das seis causas apontadas como condicionantes da pobreza em Moçambique dizem respeito directa ou indirectamente ao sector da agricultura, nomeadamente a baixa produtividade da agricultura familiar; a falta de oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrícola e o fraco desenvolvimento de infra-estruturas, em particular nas zonas rurais.

Em Moçambique a agricultura é tida como a base de desenvolvimento e constitui a principal fonte de sobrevivência da maior parte da população, principalmente das comunidades rurais, havendo necessidade de se incrementar esforços com vista a torná-la mais sustentável e menos dependente dos fenómenos naturais, se efectivamente perspectiva-se debater a volta do desenvolvimento destas comunidades.

Os dados do PPI, mostram que, apesar de a agricultura, juntamente com os recursos naturais, terem sido os sectores que mais investimentos atraíram no período de 2000-2010, a maior parte do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) realizado na agricultura não foi dirigido para à produção alimentar, mas sim à exploração florestal (67%) e à produção de biocombustíveis (18%) (Castel-Branco e Mandlate, 2012 citado por Brito e et. al, 2012: 418).

Outro aspecto não menos importante na cadeia de produção agrária no país, prende-se com a escassez de alternativas de escoamento dos produtos agrários, exigindo deste modo, uma profunda reforma de todo quadro da rede de transporte, infra-estruturas (pontes e estradas), para além da criação de mecanismos de conservação dos excedentes agrários.

A exiguidade de indústrias de agroprocessamento constitui um dos entraves na cadeia de produção, pois, com frequência as comunidades têm perdido os seus excedentes agrários por falta de acesso ao mercado e as indústrias de agroprocessamento. Contudo, estes e outros

factores têm sido decisivos nos processos que visam o desenvolvimento rural em Moçambique, condicionando deste modo, o bem-estar social das comunidades.

1.2 Tipologia das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique

No concernente a tipologia das OSC que actuam em Moçambique é pertinente referenciar que estas são diversificadas e com papéis e propósitos distintos, devido a variedade das formas organizativas e finalidades dissemelhantes.

Na óptica de Topsøe-Jense e at. al. (2015), em Moçambique destacam-se organizações de pesquisa e advocacia, que tem uma forte ligação com a academia e com alguma legitimidade ganha pela credibilidade e solidez nos trabalhos desenvolvidos; destacam-se ainda organizações baseadas no conhecimento, que em muitos casos, combinam estudos baseados em evidências com a capacidade técnica e profissional sobre os temas em estudo, mobilização e acção no campo.

Ainda no âmbito da tipologia das OSC em Moçambique destacam-se as organizações baseadas na Fé, organizações a nível nacional com ligações internacionais, as Igrejas de várias congregações e organizações muçulmanas que operam na área de desenvolvimento urbano e rural, com maior incidência nas comunidades rurais (Topsøe-Jense e at. al., 2015).

Por outro lado, destacam-se as Organizações Não Governamentais (ONG's) que se nacionalizaram moçambicanas e as organizações nacionais filiadas em ONG's, sendo que estas, desempenham um papel importante como parceiras e financiadoras e muitas vezes como intermediárias entre as OSC nacionais e os doadores (Topsøe-Jense e at. al., 2015).

É importante destacar a existência de organizações de defesa de interesses comuns que incluem as ordens profissionais, associações dos comerciantes, sindicatos, dentre outras; a existência de organizações de prestação de serviços que comumente operam nas áreas de desenvolvimento, especificamente nas áreas de educação, saúde, agricultura, ambiente, água e saneamento (Topsøe-Jense e at. al., 2015).

Existem organizações comunitárias de base, que no entanto, representam a maior parte da Sociedade Civil em Moçambique, sendo estas, Associações de Camponeses, Comités de Água, Comités de Gestão de Recursos Naturais, Comités de Saúde, Comités de Desenvolvimento que representam as comunidades rurais e urbanas e por último destacam-se alguns Movimentos, Plataformas, Fóruns e Redes Temáticas indispensáveis no encadeamento de esforços que visam o desenvolvimento (Topsøe-Jense e at. al., 2015).

1.3 Formulação do problema

As OSC nascem por interesses sociais e agem em defesa dos mesmos, sendo que no meio rural destacam-se várias intervenções, com o objectivo de catapultar esforços para o desenvolvimento das comunidades, todavia, mesmo com a intervenção das OSC no meio rural, os índices de pobreza continuam acentuados em Moçambique.

O facto de a pobreza em Moçambique, particularmente a pobreza rural não ter diminuído ao longo da primeira década do século XXI, é já amplamente reconhecido, excepto, talvez por aqueles que optam por negar as evidências e tentam vergar a realidade com as suas ideias e expectativas (Brito e Chivulele, 2017).

As evidências disponíveis sugerem que o empobrecimento da população rural moçambicana é mais causado pela crescente dependência da economia de subsistência, precária, primitiva e indigente, do que da expropriação de terras dos camponeses, da acumulação de capital e da exploração exercida por uma minoria de capitalistas (Brito e Chivulele, 2017: 287).

Parte considerável das OSC que actuam no meio rural depende de financiamento externo e sobretudo estrangeiro. Assim sendo, no contexto das relações de cooperação internacional a abordagem em Moçambique em muitos casos é de cima para baixo, ou seja, os principais actores de desenvolvimento (comunidades / beneficiários) não exercem muita ou nenhuma influência nos projectos desenvolvidos.

Os projectos ainda são pensados e implementados na óptica do financiador, e em muitos casos sem ter em conta a realidade vivencial e contextual da região onde é alocado o projecto. As relações de cooperação internacional em muitos casos, entre Moçambique e os países do

ocidente (Norte), não se diferem das relações das relações dos países do Norte e do Sul, elas foram sempre relações de poder, elas são estabelecidas não na base de ajuda, mas na base de interesses e de poder.

A perspectiva da dependência concentrou sua atenção nesta relação desigual entre as potências mundiais e os PVD, sendo que, “na maioria dos países africanos os projectos de desenvolvimento são planificados e implementados com apoio técnico-financeiro externo no quadro da cooperação internacional” (Milando, 2005: 42).

É importante frisar que segundo o SCAC (2005) um dos entraves das OSC em Moçambique é a sua elevada dependência financeira para com os doadores internacionais, pois, parte considerável das OSC não funciona sobre uma estrutura financeira estável, mas graças aos fundos desbloqueados por financiadores estrangeiros com base em projectos específicos, e que nem sempre tomam em consideração as prioridades dos beneficiários ou a visão das OSC em relação ao problema identificado, como se pode observar na figura 1.3.1.

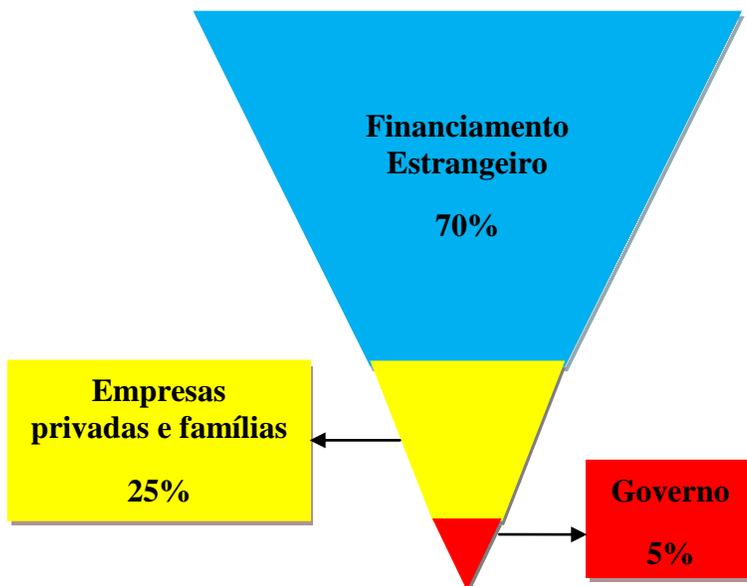


Figura 1.3.1. **Origem das transferências financeiras recebidas pelas Organizações da Sociedade Civil Moçambicanas**

(Fonte: FDC, 2007)

Sem uma base financeira estável às OSC dificilmente terão capacidade para implementar projectos técnicos a longo prazo, sendo que, a maior parte das OSC exercem actividades mais generalizadas, intervindo à medida das prioridades dos financiadores e muitas vezes com um fraco grau de tecnicidade (SCAC, 2005).

Existe em Moçambique uma camada vasta de OSC que nasceram nos anos 90, na base de financiamento de certos projectos de curto prazo. Estão sobretudo localizadas a nível provincial e distrital e enfrentam actualmente uma crise de falta de recursos aliada à falta de capacidades. Neste contexto, a questão da captação de fundos para o desenvolvimento das suas actividades é um dos aspectos cruciais para as OSC que operam fora de centros urbanos e se sentem cada vez mais sufocadas por falta de informação e acesso a recursos (Topsøe-Jensen e at. al., 2015: 76).

É de capital importância realçar que parte dos técnicos que definem as políticas de desenvolvimento rural, incluindo os das OSC pouco ou por vezes nenhum conhecimento tem das especificidades das comunidades rurais, dos modos vivendo deste grupo social heterogéneo, facto que influi na sustentabilidade dos projectos definidos, pois, estes são concebidos na perspectiva dos financiadores, com uma visão do mundo diferenciada das comunidades rurais moçambicanas.

Na opinião de Chambers (1997), a principal fonte de experiência directa das condições rurais principalmente nos países do terceiro mundo é o turismo no desenvolvimento, ou seja, o fenómeno de vista breve ao meio rural por parte do “núcleo” (cidadinos, profissionais, poderosos).

O turismo no desenvolvimento faz parte de todas fontes de informação e é através destas breves visitas (desconhecimento da realidade vivencial) ao meio rural que os “turistas” vêm e encontram os que não tem conhecimento (rurais, sem formação, fracos) e constroem as suas impressões e crenças capazes de influenciar as suas decisões e acções, muitas vezes desajustadas as necessidades dos beneficiários (Chambers, 1997).

Os pobres são muitas vezes apagados, sem expressão e desorganizados. As suas vozes podem não ser ouvidas em reuniões públicas da comunidade onde é costume serem apenas personalidades a apresentar os seus pontos de vista. É raro encontrar-se um organismo ou uma instituição que represente adequadamente os pobres numa certa comunidade ou área. A gente de fora e os funcionários do governo consideram

invariavelmente mais rendoso e apropriado conversar com pessoas influentes a nível local do que com os pobres que não são comunicativos (Devitt, 1977: 23 citado por Chambers, 1997: 31).

Outro factor condicionante do desenvolvimento está ligado a fraca sustentabilidade das OSC que actuam em Moçambique. Torna-se imprescindível salientar que neste contexto, a sustentabilidade não se restringe apenas as carências financeiras, mas estende-se a sustentabilidade organizacional, ou seja, a capacidade que as OSC têm de se organizar e de se auto afirmar, incluindo os recursos humanos que dispõem para fazer face às exigências da mesma.

Por outro lado, destaca-se a sustentabilidade política, que resulta da fraca capacidade interventiva e de influência das OSC nas políticas públicas de desenvolvimento, pois, sem uma base organizacional sólida, dificilmente as OSC conseguiriam um posicionamento favorável para intervenções nas políticas públicas.

A questão da insuficiência de recursos humanos internos, ou seja, de técnicos qualificados em número suficiente, capazes de imprimir uma dinâmica eficaz nos processos de desenvolvimento, mostra-se condicionante no processo de mudanças, visto que por vezes os projectos de desenvolvimento são esboçados nos gabinetes por técnicos estrangeiros ou concebidos no estrangeiro com propósitos diferentes, em contextos culturais e práticas comunitárias desfasadas da realidade em que se pretende implementar o projecto.

Depreende-se então, inúmeros factores que fragilizam a Sociedade Civil moçambicana, facto que por sua vez, influi na relação e missão que estas têm com as comunidades, visto que estas fragilidades resultam em projectos de curta duração e por vezes com insuficiência de recursos para levarem avante acções de monitoria e avaliação dos respectivos projectos, agudizando-se ainda o problema, com o facto de se constatar uma fraca participação das comunidades na concepção destes projectos.

Nesta conjuntura de factores depreendem-se diversos condicionantes do processo de desenvolvimento rural e no entanto, para a consecução da presente pesquisa levanta-se a seguinte pergunta: de que forma as OSC contribuem para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais do distrito de Moamba (Posto Administrativo de Moamba e Posto Administrativo de Ressano Garcia)?

1.4 Hipóteses de estudo

No âmbito da pesquisa, foram avançadas as seguintes hipóteses: os projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC no distrito de Moamba contribuem para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, porém terminados os projectos os agregados familiares outrora beneficiários apresentam índices elevados de pobreza, o que pressupõe a insustentabilidade dos projectos desenvolvidos.

Por outro lado, os projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC no distrito de Moamba revelam-se desajustados a realidade vivencial das comunidades devido a fraca participação e integração da comunidade local na concepção dos mesmos e a fraca promoção de acções formativas no âmbito da implementação dos projectos.

Ao se perspectivar a inversão do actual estágio de desenvolvimento rural em Moçambique e particularmente no distrito de Moamba, deve-se reflectir em torno dos factores que influenciam os processos de desenvolvimento rural, incluindo a visão que as diferentes comunidades têm de si e do meio que as circunda.

Urge então a necessidade de revisão dos paradigmas de cooperação, ou seja, abordagens a partir de dentro e soluções para dentro, realizadas sem barreiras teóricas e metodológicas em contextos extremamente heterogéneos, o que por sua vez, exige a aplicação de políticas diferenciadas e de equilíbrios de poder que pressupõe formas não convencionais de organização das economias, das burocracias, das relações externas, dentre outros aspectos a volta do processo de desenvolvimento (Mosca, 2002).

Para se pensar no desenvolvimento em África, os países africanos devem alcançar a sua independência intelectual, pois em sua geografia ou história, as pessoas respondem de forma diferente aos desafios que enfrentam, portanto, os africanos devem ser capazes de fornecer respostas originais para questões universais como a saúde, educação, participação democrática e modos de organização social (Sarr, 2016).

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Após a contextualização da problemática no capítulo anterior, segue o segundo capítulo que tem em vista a apresentação e discussão das teorias que sustentam a pesquisa, incluindo a discussão dos conceitos-chave e a respectiva operacionalização.

2.1 Enquadramento teórico

O enquadramento teórico permitiu uma análise mais consistente dos factores que influenciam nos processos de desenvolvimento, incluindo o contributo que as OSC tiveram nas diferentes intervenções ao nível das comunidades rurais.

2.1.1 Teoria de base

A presente pesquisa assenta sobre a teoria da Sociedade Civil de Gramsci. Nesta visão, a Sociedade Civil não pertence ao momento da estrutura (o conjunto das relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade), mas ao da superestrutura.

Para Gramsci a superestrutura é o momento da catarse (purificação), ou seja, o momento em que a necessidade se resolve em liberdade, a necessidade entendida como conjunto das condições materiais que caracterizam uma determinada situação histórica e no entanto, o passado histórico e as relações sociais existentes constituem condições objectivas, cujo reconhecimento é obra do sujeito activo que Gramsci identifica com a vontade colectiva (Bobbio, 1982).

Assim sendo, na análise da Sociedade Civil é importante ter em conta as especificidades do grupo e do contexto em questão, *“a estrutura, de força externa que esmaga o homem, que o assimila, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para uma nova forma ético-político, em origem de novas incitativas”* (Bobbio, 1982: 38).

2.1.2 Teorias auxiliares

Para coadjuvar a teoria Gramsciana de Sociedade Civil na análise do desenvolvimento das comunidades rurais, destacam-se como teorias auxiliares: a abordagem orientada para actores

defendida por Norman Long e a nova abordagem de desenvolvimento para África defendida por Felwinw Sarr.

A abordagem orientada para os actores de Norman Long foi desenvolvida na segunda metade do século XX, sendo portanto, uma abordagem teórica e metodológica útil para análise da acção social e da intervenção para o desenvolvimento sob um ângulo construtivista.

Esta abordagem enfatiza que os participantes do desenvolvimento no meio rural incluindo os pobres, são actores com compreensão diferenciada do processo de mudança do qual estão envolvidos e por este motivo, devem fazer parte de todas as etapas, como actores activos de todo o processo que visa o desenvolvimento, evitando-se deste modo, políticas desajustadas a sua realidade vivencial (Long, 1992).

A abordagem orientada ao actor começa com a assumpção de que diferentes produtores (ou categorias de produtores) definem e optimizam seus objectivos e práticas de gestão na base de diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas, o que significa que os produtores desenvolvem no tempo, projectos específicos e práticas sobre como é que a sua produção deve ser organizada (Long, 1992).

Com efeito, Long na sua análise sobre o desenvolvimento introduz o conceito de *agency* (agência). Para Long (1992) citado por Siteo (S/d), *agency* (agência) refere-se a capacidade de processar experiência, tomar decisões e actuar em consequência, sendo que a posse de um determinado poder é que dá substância aos actores sociais, influenciado para que indivíduos destituídos de capacidades transformem-se em actores.

Neste contexto, urge a necessidade de as comunidades tornarem-se actores activos e não meros objectos de desenvolvimento, ou seja, estes devem participar de todo o processo de desenvolvimento, desde a fase da concepção dos projectos, sua implementação, monitoria e avaliação. As OSC devem antes de levar avante projectos de desenvolvimento ter em conta as práticas defendidas pelas comunidades, pois, estas são complexas e diferenciadas.

Por seu turno, Felwine Sarr (2016) na sua obra “Anfrotopia - repensando a África” traz uma nova abordagem de desenvolvimento para África. Sarr (2016) sugere que os africanos devem se libertar dos discursos transportados para o continente e devem alcançar uma total independência

intelectual, que os permita, definir modelos políticos, económicos e sociais assentes nos valores culturais africanos.

Para Sarr (2016) urge uma necessidade de libertar as consciências africanas, desenvolvendo suas próprias ideias sobre como equilibrar aspectos políticos, económicos, culturais, simbólicos e ambientais nas sociedades africanas. Isso requer o desenvolvimento de um discurso com um âmbito civilizacional, reflectindo sobre o tipo de sociedade que se pretende construir e nos valores que devem ser interiorizados nestas sociedades.

Muitos dos atrasos verificados em África são consequência da intervenção estrangeira, pois, as sociedades africanas foram atingidas por choques externos, tais como a colonização, e acabaram adoptando modelos de organização social sob pressão; estes modelos organizacionais persistem, ou seja, ainda são imitados na maior parte dos países africanos (Sarr, 2016).

Contudo, a abordagem de Sarr (2016) sobre o desenvolvimento sugeri que a África deve se reinventar, tendo como base as suas tradições, suprimindo todos aspectos da tradição que não favorecem a construção do indivíduo. As sociedades africanas devem ser mais tolerantes sobre as liberdades individuais e recuperar o espírito de tolerância e abertura que as caracterizava, em detrimento da adopção de estratégias e soluções encontradas nos países ocidentais.

As teorias acima descritas permitem uma análise mais aprofundada do problema em discussão. Um dado não menos importante nas teorias anunciadas no contexto de desenvolvimento, é a convergência na necessidade de valorização das práticas locais, tendo como base a história das sociedades, os valores culturais, o poder participativo e decisivo (liberdade) dos actores locais e sobretudo, a necessidade das comunidades se reinventarem, ou seja, fornecerem respostas originais aos seu problemas.

2.2 Enquadramento Conceptual

A discussão a volta do contributo das OSC é desafiante, devido a complexidade dos factores e indicadores do processo de desenvolvimento, sendo portanto, indispensável a compreensão dos conceitos-chave que norteiam o presente estudo. É nesta senda que no presente tópico, discute-se

a volta do conceito de (i) sociedade civil, (ii) desenvolvimento, (iii) família, (iv) comunidade, (v) desenvolvimento comunitário, (vi) desenvolvimento rural, (vii) pobreza e (viii) distrito.

2.2.1 Sociedade Civil

A noção de Sociedade Civil tem constituído o foco de debates acessos e por vezes controversos em diversos contextos incluindo a academia, sendo portanto, um conceito que suscita várias interpretações e que a sua concepção vem se desenvolvendo de acordo com a evolução sócio-histórico de cada época.

Vários foram os precursores que procuraram um entendimento sobre o conceito de Sociedade Civil e seu âmbito, porém, importa na presente pesquisa discutir parte deste, não o esgotando deste modo e muito menos limitar a discussão.

Para Marx, a Sociedade Civil é o reino das necessidades e interesses, do trabalho e do direito privado, enquanto que Hegel a concebe como sendo o reino da dissolução da miséria e da corrupção física e ética. Esse reino deveria ser regulamentado, dominado e anulado na ordem superior do Estado, o que significa que a concepção de Hegel não inclui apenas a esfera das relações económicas e a formulação de classes, mas também a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo (Bobbio, 1982).

Desta discussão entre Marx e Hegel, Bobbio (1982) advoga que a Sociedade Civil compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento e portanto, transcende o Estado e nação, embora por outro lado, tenha novamente de se afirmar em relação ao exterior como nacionalidade e de se organizar em relação ao interior como Estado.

Outro autor a destacar não menos importante na discussão do conceito de Sociedade Civil é Gramsci. Com efeito, Gramsci na sua análise advoga que a Sociedade Civil compreende todo conjunto das relações ideológicas-culturais, da vida espiritual e intelectual e que esta não pertence ao momento da estrutura como Marx argumenta (o conjunto das relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade), mas ao da superestrutura (as relações não são

absolutamente simples e directas; a história de um povo não é documentada apenas pelos factos económicos e a necessidade se resolve em liberdade) (Bobbio, 1982).

Sobre o conceito de Sociedade Civil outros autores procuram dar o seu sustento na presente pesquisa e é neste contexto que destaca-se Francisco (2010), que recorre a definição da Sociedade Civil usada pela Aliança Global para o fortalecimento da Acção do Cidadão e da Sociedade Civil (CIVICUS) nos seus estudos internacionais sobre o Índice da Sociedade Civil (ISC).

A CIVICUS entende a Sociedade Civil como sendo a arena da sociedade fora família, do mercado e do Estado onde as pessoas se associam para realizarem interesses, não só interesses comuns, mas também aspirações e interesses particulares ou mesmo privados, ou seja, arena pública de convergência de acções colectivas (Francisco, 2010).

Actualmente no contexto moçambicano o conceito usado pela CIVICUS não é consensual, pois, existem determinadas organizações do sector privado, profissionais e até com filiação partidária cuja integração na Sociedade Civil é controversa. Não é apropriada uma definição absoluta sobre a Sociedade Civil moçambicana, interessa sobretudo compreender a complexidade, o papel e suas características, bem como identificar as alianças adequadas para otimizar a sua influência nas políticas e nos processos de desenvolvimento (Topsøe-Jensen, 2015).

2.2.2 Desenvolvimento

Outro conceito que merece destaque na presente pesquisa é o conceito de desenvolvimento, todavia, é um termo complexo, pois, trata-se de um conceito polissémico e multidimensional que não permite uma definição absoluta. Assim sendo, numa concepção mais abrangente pode se entender por desenvolvimento, como sendo um processo contínuo de transformação socioeconómica e até cultural que consiste na passagem de um estágio para o outro.

É importante salientar que *“o desenvolvimento constitui um processo que envolve mudanças qualitativas, no modo ou nível de vida dos indivíduos, nas instituições e nas estruturas produtivas”* (Souza, 1993: 13 citado por Francisco, 2007).

Mostra-se indispensável trazer para a discussão a visão que o economista indiano Amartya Sen traz sobre o conceito de desenvolvimento, pois, a presente pesquisa se identifica com esta abordagem, na medida em que analisa os processos de desenvolvimento rural em vários prismas e não somente sob o ponto de vista económico.

Para Sen (1999) o desenvolvimento é a expansão das liberdades primordiais: a expansão das liberdades é um fim primordial e um meio do desenvolvimento, ou seja, para que se alcance um determinado nível de desenvolvimento é indispensável que os beneficiários do desenvolvimento tenham a possibilidade de fazer escolhas ajustadas às suas necessidades.

É importante frisar que *“os fins e os meios do desenvolvimento requerem análises e exames minuciosos para uma compreensão mais plena dos processos de desenvolvimento”* (Sen, 1999: 28), e portanto, não se pode olhar o desenvolvimento somente sob ponto de vista económico, ou seja, apenas a maximização da renda ou da riqueza.

A privação da liberdade pode ter origem em processos inadequados (violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis) ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizarem o mínimo do que gostariam (ausência de oportunidades elementares). A liberdade não constitui apenas a base de avaliação de êxitos ou fracassos, mas também constitui um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social (Sen, 1999).

No meio rural, para que as diferentes intervenções possam impulsionar processos de desenvolvimento, é indispensável a eliminação de todas as barreiras que condicionam a participação activa dos principais actores de desenvolvimento, e neste caso, as comunidades beneficiárias dos projectos de desenvolvimento. Estas devem assumir a posição de sujeitos activos do processo de desenvolvimento e não meros objectos de desenvolvimentos, como acontece em muitos casos.

Urge portanto, a necessidade de libertar as consciências como advoga Sarr (2016), e permitir que as comunidades locais desenvolvam as suas próprias ideias a partir das tradições, de modo a que encontrem respostas originais aos problemas locais.

Esta abordagem sobre o desenvolvimento de África de Felwine Sarr defende a busca de mecanismos para a resolução dos diferentes problemas dos países africanos, a partir dos valores sociais e culturais dos africanos.

Para tal, é preciso que as sociedades africanas ganhem total independência intelectual, que permita construir modelos políticos, económicos e sociais ajustados as diferentes realidades que marcam a vida dos africanos, evitando importação de modelos de desenvolvimento, que na maior parte das vezes, não se adequam aos modos de vida dos africanos.

2.2.3 Família

São várias as abordagens sobre o conceito de família, portanto, há uma necessidade de contextualiza-lo. A diversidade dos modos de conceber e definir a família tem pelo menos dois aspectos fundamentais: o primeiro tem a ver com as diferenças culturais e de valor, o segundo com os níveis de discurso (Saraceno e Naldini, 2003).

Embora existam opiniões diversificadas sobre o conceito de família, a WLSAMAZ (1998: 16), a entende *“como sendo o corpo institucionalizado onde através de relações de cooperação se faz a socialização dos seus membros”* (WLSAMAZ, 1998: 16).

Não obstante, outros autores também procuram dar um esclarecimento sobre o conceito de família, sendo que Silva (2001), a entende como sendo *“uma construção social na medida em que representa um modo de agir e pensar colectivo que evolui ao longo do tempo com relação a organização e o funcionamento da sociedade”*.

Assim sendo, ela própria é um meio de pertença e depende da forma como se estrutura em outros meios de pertença, quer se trate da etnia, de raça, de cultura, de classe social. E, se por um lado, ela reproduz ao nível da própria estratificação os modelos de espaço social mais amplo, a família ao elaborar estratégias de sobrevivência e reprodução, é ela própria geradora de mecanismos de dominação (WLSAMAZ, 1998).

Como agente de socialização a família produz e reproduz valores regras sanções que visam desenvolver conformidades geradas de coesões, independentemente do meio de pertença. Como corpo social a família estrutura e revela os modos como as pessoas se organizam e se pensam na

sociedade, ao mesmo tempo que elabora estratégias de adaptação e mudança social. É neste sentido que a família deve ser entendida, como actor social que reflecte os sinais exteriores da mudança social e sobre ele actua, definindo-lhes os contornos (WLSAMOZ, 1998: 16).

A complexidade da realidade social de cada país remete para uma outra questão, ou seja, a dificuldade em encontrar critérios uniformes para classificação das famílias, independentemente da especificidade étnica, económica e social, pois as sociedades são marcadas por hábitos e costumes, incluindo relações sociais diferentes. A família exerce vários papéis, sendo que a socialização dos indivíduos constitui uma das principais características da família.

No processo de interacção, a adaptação a valores dos membros constitutivos da família, surge como constrangimento, no sentido em que lhes oferece um conjunto de normas orientadoras do comportamento. Os comportamentos ou condutas correspondem a funções e posições diferenciadas que os determinam e os definem. É nesta perspectiva que deve ser compreendido o papel social, como modelo de acção de cada um dos membros da família (WLSAMOZ, 1998: 16).

A família revela-se como um dos lugares mais privilegiados de construção social da realidade a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais. Com efeito, é dentro das relações familiares, tal como são definidas e regulamentadas, que os próprios acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer a natureza recebem o seu significado e através deste, são entregues a experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação (Saraceno e Naldini, 2003).

Contudo, existem critérios para definição da família, sendo que esta comporta três (3) dimensões, nomeadamente: (i) uma dimensão relacional que é fornecida pela relação de parentesco, de afectividade ou afinidade; (ii) uma dimensão espacial expressa na coabitação – “household” (entendido como agregado familiar) e (iii) uma dimensão económica que tem como fundamento o orçamento comum (WLSAMOZ, 1998).

É na segunda dimensão que a presente pesquisa centra as suas atenções, ou seja, a dimensão espacial expressa na coabitação que resulta na constituição do agregado familiar. Nesta senda, a pesquisa centra-se nos agregados familiares do Posto Administrativo de Moamba e Posto

Administrativo Ressano Garcia que outrora se beneficiaram de projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC.

2.2.4 Comunidade

Quando se discute sobre o desenvolvimento das comunidades rurais é importante que se tenha um entendimento sobre o conceito de comunidade. O termo comunidade tem sido usado com frequência por sociólogos para caracterizar uma forma de agrupamento primário.

A comunidade neste contexto, é entendida como sendo o espaço físico de relações entre indivíduos que partilham emoções, sentimentos, experiências estabelecendo uma solidariedade. Todavia, a que ter em conta a visão tradicional da comunidade, que a concebe como a coesão social baseada em laços de sangue, de amizade, de costume e de fé.

Na actualidade emerge a ideia de que comunidade seria um agregado social com um conjunto de interesses vitais comuns, com elevada densidade social, traduzida numa forte consciência de pertença ao grupo e que destaca-se a proximidade geográfica que permite uma estruturação sólida de tais interesses.

(...) a maioria dos autores se refere a uma ideia de todo que Weber denomina “sentimento de nós”. Para este autor, comunidade se refere a uma relação social quando e na medida em que a atitude na acção social (...) repousa no sentimento subjectivo dos participantes de pertencer (efectiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo (Weber, 1972: 25 citado por Silva e Arns, S/d: 8).

É importante realçar que embora as comunidades não sejam homogéneas ou harmónicas e possam conter divisões internas, o “sentimento de nós” que as caracteriza lhes proporciona uma identidade social comum e a obtenção de lealdades que transcendem as exigências de muitos outros grupos (Silva e Arns, S/d).

Contudo, é neste contexto (comunidade) que se desenrolam os processos de desenvolvimento rural, partindo do pressuposto que a materialização dos interesses dos grupos de pertença, deve obedecer os princípios e normas que regem a vida da comunidade em questão.

2.2.5 *Desenvolvimento Comunitário*

Cada país ou região encontra-se num estágio próprio de desenvolvimento e no entanto, a evolução sócio-histórica dos países mostra-se crucial para uma análise do desenvolvimento comunitário.

São inúmeras as abordagens sobre o desenvolvimento comunitário dependendo do contexto em discussão. Entende-se por desenvolvimento comunitário, como sendo “*o processo através do qual a comunidade amadurece em relação a si mesma e a seus potenciais, rompe seus casulos e se transforma em novas possibilidades de ser*” (Silva e Arns, S/d: 8).

Desenvolvimento comunitário segundo Souza (1999) citado por Francisco (2007), é entendido como sendo um processo contínuo de criação do homem perante os desafios sociais que enfrenta na comunidade, sendo que o processo supõe a acção do homem no usufruir do progresso social, assim como no definir e gerir esse progresso em função das necessidades humanas e sociais.

O desenvolvimento comunitário não deve ser confundido com as políticas económicas definidas pelos diferentes governos. As políticas públicas definidas pelos diferentes governos devem ter em conta estratégias que permitam um bem-estar social das comunidades.

Desenvolvimento comunitário configura-se inteiramente distinto das estratégias governamentais do passado, pois, não se trata apenas de possibilitar as comunidades a participar da planificação e da realização de programas ou de colaborar com os governos. Estas acções podem e devem acontecer, mas a principal finalidade é facilitar o processo de significação e de transformação da comunidade, através do qual esta concebe cenários de vida futura e de gestão social do seu desenvolvimento (Silva e Arns, S/d: 10).

A estratégia que actualmente é concebida como sendo desenvolvimento comunitário, foi adoptada segundo Francisco (2007), pela primeira vez como uma estratégia oficial de um governo em 1942 pelo governo britânico, com o intuito de apoiar as suas colónias no seu processo pós independência.

No entender de Milando (2005), mesmo com as independências dos países o fenómeno do colonialismo mostra-se influente no processo de desenvolvimento principalmente em PVD como Moçambique, facto acrescido pela natureza das relações de cooperação internacional, pois, tanto o fenómeno do colonialismo, assim como as relações de cooperação internacional criaram

condições para o estabelecimento de uma rede desigual de poder, tornando os PVD reféns das relações de cooperação.

Contudo, para que o desenvolvimento comunitário se efective, urge a necessidade de integração da comunidade nas decisões-chave dos projectos desenhados, ou seja, urge a necessidade de se vislumbrar uma identidade do projecto que espelhe os anseios e perspectivas da própria comunidade, pois, *“quando os actores sociais constroem uma identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda sociedade”* (Silva e Arns, S/d: 10).

2.2.6 Desenvolvimento Rural

É fundamental um entendimento sobre o desenvolvimento rural para uma melhor compreensão da influência do espaço físico nos processos de desenvolvimento. Castel-Branco, Massingue e Ali (2010), defendem o desenvolvimento rural como industrialização rural, e esta como um processo de transformação e articulação da base e da organização social, económica, logística e tecnológica da produção e do comércio.

Todavia, o desenvolvimento rural deve ser o foco de articulação e o centro de gravidade da estratégia nacional de desenvolvimento e não deve ser parte, ou parte fundamental da estratégia de desenvolvimento nacional.

Para que se promova o desenvolvimento rural efectivo, deve se repensar a problematização do conceito de comunidade e conceber o desenvolvimento como um processo de transformações dos indivíduos na busca do bem-estar e as decisões a serem tomadas no processo de desenvolvimento, devem estar revestidas de uma responsabilidade moral e na base da transparência.

2.2.7 Pobreza

Uma das condicionantes do desenvolvimento é o elevado índice de pobreza no meio rural. A pobreza pode ser entendida em vários sentidos, sobretudo como carências envolvendo as necessidades da vida quotidiana como: alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde, portanto, neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais.

A pobreza também pode ser entendida como falta de recursos económicos, nomeadamente a carência de rendimento ou riqueza (não necessariamente apenas em termos monetários), assim como pode ser entendida como carência social, como a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade, incluindo a educação e o acesso a informação.

Segundo Francisco (2007), as relações sociais são elementos-chave para compreender a pobreza por parte das organizações internacionais, as quais consideram o problema da pobreza mais do que um problema económico.

No entanto, o economista Amartya Sen traz um novo entendimento sobre a pobreza. Para Sen (1999) não se pode olhar a pobreza sob o ponto de vista unicamente de acesso à renda e nem simplesmente sob ponto de vista biológico (fome), portanto, há que se ter em conta as privações das capacidades básicas dos indivíduos.

Contudo, a insuficiência de renda ou uma renda inadequada pode resultar em privação absoluta de capacidades, isto é, os indivíduos ficam desprovidos de mecanismos para poderem fazer face as necessidades básicas para a sua sobrevivência. Não se pode olhar a pobreza como simplesmente a privação da renda, pois, o aumento das capacidades humanas tende a caminhar em paralelo com a expansão das produtividades e do poder de auferir a renda (Sen, 1999).

A pobreza existe quando as famílias ou pessoas não possuem capacidades relevantes para alcançar um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de auto-confiança e de liberdade de expressão, dentre outras privações. É fundamental que as famílias ou comunidades tenham a possibilidade de fazer escolhas sobre todos processos que exercem influência nas suas vidas e participarem das decisões-chave que as permita um bem-estar social e consequente qualidade de vida.

2.2.8 Distrito

Na discussão sobre o desenvolvimento rural é indispensável o entendimento sobre o conceito de distrito, considerado em Moçambique como o pólo de desenvolvimento. Nesta senda, distrito “*é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e*

social e à coordenação das instituições nacionais e internacionais” (Ministério da Administração Estatal, 2005: 6).

Referir que o distrito de Moamba é parte dos 128 distritos que constituem Moçambique que com a aprovação da Lei dos Órgãos Locais, nº 8/2003 de 27 de Março viu reforçados os princípios e normas de organização, competências e funcionamento e dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a estratégica da governação local (Ministério da Administração Estatal, 2005).

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente capítulo é reservado a apresentação da metodologia usada para a consecução da pesquisa. Sendo uma pesquisa desenvolvida nas ciências sociais, esta é de natureza qualitativa, no entanto, a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte de recolha de dado, obtidos no contacto directo entre o pesquisador e o pesquisado em relação a situação pesquisada (Michel, 2005).

Com a pesquisa qualitativa procura-se compreender significados, modelos de comportamento, sentimentos e experiências do grupo ora pesquisado. Neste caso, esta ocupa-se com significados, percepções, opiniões, sentimentos, valores das comunidades do distrito de Moamba, ou seja, com a realidade que não pode ser quantificada.

Salientar que a pesquisa qualitativa procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o texto e acção, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenómenos pela sua descrição e interpretação (Teixeira, 2008).

O método de pesquisa usado foi o estudo de caso, entretanto, este consiste em estudar profundamente e analisar intensivamente os fenómenos que constituem o ciclo vital da unidade, com a finalidade de estabelecer generalizações sobre a população à qual pertence e neste caso, a pesquisa teve como principal foco, os agregados familiares que se beneficiaram dos projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC nos Postos Administrativos de Moamba e Ressano Garcia.

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas sim uma análise holística que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com objectivo de compreende-los em seus próprios termos (Goldenberg, 2004).

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com objectivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objecto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (Goldenberg, 2004: 33).

Segundo Ministério da Administração Estatal (2005), o distrito de Moamba tem uma superfície de cerca de 4.628 km² e uma população recenseada em 1997 de 43.396 habitantes e estimada a data de 1 de Janeiro de 2005 em cerca de 62.392 habitantes e com uma densidade populacional de 13,6 hab/km²; o distrito apresenta uma configuração triangular no sentido norte-sul, uma extensão de 150 km compreendida entre Panjane junto ao rio Massintonto e a ribeira de Movene, e no sentido este-oeste uma extensão de 61 km no paralelo de Sabié.

Dentre várias actividades económicas desenvolvidas no distrito de Moamba, destacam-se as que garantem a subsistência dos agregados familiares, evidenciando-se deste modo, a agricultura de subsistência, a pastorícia, o comércio sobretudo, as importações na República Sul Africana (RSA), a pesca artesanal nas bacias do Incomati e do Sabié, corte de lenha e produção de carvão vegetal e por conseguinte, a maior quantidade destes produtos abastecem os mercados da cidade de Maputo e arredores (Ministério da Administração Estatal, 2005).

A região de Moamba é dos solos mais pobres, afora os das bacias do rio Incomati e do Sabié, com aptidão agrícola, sendo uma região com aptidão marginal para a prática da agricultura de sequeiro, com baixa produtividade e alto risco, em explorações familiares com menos de um (1) hectare e dependentes das condições de pluviosidade (Ministério da Administração Estatal, 2005).

A população do estudo foi constituída por cento e vinte e seis (126) elementos, dos quais cem (100) membros dos agregados familiares (Posto Administrativo de Moamba e Posto Administrativo de Ressano Garcia) que se beneficiaram dos projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC, dezasseis (16) membros das OSC, dez (10) representantes das autoridades administrativas do distrito de Moamba e um (1) informante-chave que exerce as funções de representante das OSC a nível do distrito de Moamba.

Referir que a população foi do tipo finita e como critério de definição da população, fez-se o levantamento e localização dos elementos escritos no Fórum das OSC do distrito de Moamba, pelo que somente fizeram parte do estudo, os elementos que foi possível a sua identificação e localização.

A amostra foi constituída por trinta (32) elementos, dos quais vinte e quatro (24) membros dos agregados familiares outrora beneficiários dos projectos de desenvolvimento, portanto, doze (12) membros para cada Posto Administrativo (Moamba – Sede e Ressano Garcia), quatro (4) representantes das OSC que actuam no distrito de Moamba (Sociedade Aberta, ADPP – TCE, Irmãs Missionárias Sclabrianas e Associação Phuka Lixile), quatro (4) representantes das autoridades administrativas do distrito.

O tipo de amostra é não probabilística, portanto, a amostragem é por conveniência (intencional) o que significa que só fizeram parte do estudo os elementos da amostra que reuniam as características para o estudo. No tocante aos critérios de selecção dos membros dos agregados familiares, tomou-se em consideração o facto de terem-se beneficiado dos projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC e por ter sido possível a sua localização e disponibilidade para o estudo.

Por outro lado, para a selecção das OSC tomou-se em consideração as áreas de actuação direccionadas aos indicadores socioeconómicos de desenvolvimento apontados na presente pesquisa. Para o melhor entendimento da população e amostra, pode se observar a tabela 3.1.1.

Tabela Única. **População e amostra da pesquisa**

	População	Amostra	Percentagem (%)
	100 membros dos agregados familiares beneficiários	24 membros dos agregados familiares	75
	16 membros das OSC	4 representantes das OSC	12.5
	10 membros das autoridades administrativas	4 representantes das autoridades administrativas	12.5
TOTAL	126	32	100

Das OSC que implementaram projectos no distrito de Moamba, importa destacar as que fizeram parte do presente estudo, nomeadamente, a Sociedade Aberta que actua nas áreas de governação local, democracia e renda comunitária; a ADPP – TCE que actua nas áreas de resposta ao HIV/SIDA e desenvolvimento comunitário; Irmãs Missionárias Scalabrinianas que actuam nas áreas de emigração, HIV/SIDA (aconselhamento e sensibilização para o tratamento) e desenvolvimento comunitário e por último a Associação Phuka Lixile que actua nas áreas de HIV/SIDA (aconselhamento e sensibilização para o tratamento) e desenvolvimento comunitário.

Para a recolha de dados foram privilegiadas os seguintes métodos: observação directa e entrevistas semi-estruturadas. A observação consiste na examinação e no registo dos factos observáveis no campo de pesquisa.

A observação directa permitiu proceder directamente a recolha de informações, sem interagir com o grupo alvo, constituindo um dos motivos da escolha do presente método. Por outro lado, porque para além de se verificar os factos e ouvir comentários sobre o problema pesquisado, este método permitiu descrever adequadamente as características do grupo alvo e os factos que podem ser apercebidos directamente sem intermediação.

A escolha da entrevista semi-estruturada é por esta combinar perguntas fechadas e abertas, o que deu aos entrevistados (membros dos agregados familiares, representantes das OSC, representantes das autoridades administrativas e informante-chave) a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender as questões formuladas, permitindo deste modo, mais subsídios a pesquisa (Vide: apêndices 1, 2 e 3).

Em relação a análise e tratamento de dados, foi feita a leitura, descrição, comparação, classificação e interpretação dos dados, com recurso ao modelo de Fielding (1993), especificamente para os dados da observação, onde foi feita a transcrição das anotações de recolha de dados, procurou-se categorias e por último se efectuou o destaque, a selecção dos dados e elaboração de esquemas de análise.

Para o tratamento dos dados das entrevistas foi usado o modelo Laville e Dionne (1999), no qual fez-se a leitura, a descrição, o agrupamento dos dados por assuntos ou temas, e a interpretação com o objectivo de se efectuar a síntese dos dados e se organizar em forma de conclusões parciais.

No concernente a garantia da validade e fiabilidade dos resultados foram usadas técnicas adequadas para o efeito. Para a garantir a validade dos resultados foi feita a triangulação metodológica, que consistiu em confrontar os dados de diferentes fontes e neste caso, das observações e das entrevistas. E para garantir a fiabilidade dos resultados recorreu-se a técnica de teste-reteste, que por sua vez consistiu em aplicar os mesmos instrumentos, ao mesmo grupo alvo em momentos diferenciados.

Em relação aos aspectos éticos, na presente pesquisa foi garantida a confidencialidade, ou seja, os dados colhidos na pesquisa (informações) foram usados unicamente para fins académicos. Por outro lado, a imagem e identidade dos pesquisados não foi revelada, de modo a salvaguardar a dignidade dos pesquisados. Contudo, destaca-se o mútuo consentimento para a publicação de imagens (residências dos agregados familiares, estabelecimentos comerciais) e informações colhidas.

3.2 Constrangimentos da pesquisa

Constituíram principais constrangimentos na presente pesquisa, a dispersão dos membros dos agregados familiares outrora beneficiários dos projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC no distrito de Moamba. Aliado a este facto, destaca-se a mudança de residência por parte de alguns membros dos agregados familiares para bairros em expansão, incluindo durante o decurso da pesquisa, o que obrigou a um redobrar dos esforços para a sua efectivação.

Outro entrave a destacar, prende-se com a falta de dados estatísticos actualizados por parte das autoridades administrativas locais sobre os projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC no distrito de Moamba e também a escassez de literatura actualizada sobre a participação das OSC nos processos de desenvolvimento rural em Moçambique.

Constituiu constrangimento na pesquisa, o facto de alguns membros dos agregados familiares beneficiários esperarem benefícios directos e imediatos com a presente pesquisa, incidente deveras influenciado pela concepção deturpada que os beneficiários tinham em relação aos trabalhos de investigação científica.

Realçar ainda, que as limitações linguísticas constituíram um desafio no processo de colecta de dados, pois parte dos membros dos agregados familiares beneficiários dos projectos de desenvolvimento tinham como língua predominante, a Ronga. Contudo, apesar dos entraves acima descritos, foi possível evidenciar esforços de modo a superá-los, pelo que não se vislumbraram condicionamentos nos resultados obtidos na pesquisa, o que significa que a influência destes, não foi determinante para a consecução da pesquisa.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Após a apresentação da metodologia usada e dos constrangimentos da pesquisa no capítulo anterior, segue o presente capítulo que tem em vista a apresentação e discussão dos resultados do trabalho de campo. Realçar que os dados em análise fazem alusão aos dados colhidos no distrito de Moamba, especificamente no Posto Administrativo de Moamba e Posto Administrativo de Ressano Garcia, na perspectiva de se reflectir em torno do contributo das OSC do desenvolvimento destas comunidades.

Salientar que a conjugação de diferentes métodos de recolha de dados, tinha em vista permitir uma consistência nos dados da pesquisa e permitir uma melhor compreensão do contributo que as diferentes OSC tiveram no incremento de esforços, com vista a criar condições para o bem-estar das comunidades.

4.1. Género dos membros dos agregados familiares beneficiários

A questão do género mostrou-se influente nos projectos implementados pelas OSC no distrito de Moamba. Em relação ao género dos membros dos agregados familiares beneficiários evidenciou-se a predominância do género feminino, sendo que 21 entrevistados eram do género feminino e 3 do género masculino.

São vários os factores que influenciaram para que o género feminino pudesse ocupar lugar de destaque nos projectos implementados. Dentre estes, destacou-se a condição social das mulheres chefes dos agregados familiares, sobretudo, o desemprego, a pobreza familiar muitas vezes condicionada pela viuvez ou abandono da família por parte do seu cônjuge, tornando-as vulneráveis e desprovidas de recursos para que garantissem o sustento familiar.

4.2 Idade dos membros dos agregados familiares beneficiários

Segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, as idades variavam entre os 27 e os 51 anos, sendo que a maior percentagem situava-se na faixa etária dos 37 aos 41 anos correspondente a 9 entrevistados e a menor percentagem situava-se na

faixa etária dos 27 aos 31 anos e dos 47 aos 51 anos de idade correspondente a 2 entrevistados para cada faixa etária.

Dos dados acima lustrados, pode se depreender que a maior parte dos membros dos agregados familiares encontravam-se em idade produtiva para o mercado de trabalho, ou seja, era capaz de contribuir para o desenvolvimento das comunidades, incluindo o sustento das suas famílias. Todavia, são vários os casos constatados de membros dos agregados familiares ora beneficiários dos projectos de desenvolvimento que não exerciam nenhuma actividade.

4.3 Condições socioeconómicas dos agregados familiares beneficiários dos projectos de desenvolvimento

Foi importante o conhecimento das condições sociais e económicas dos agregados familiares beneficiários dos projectos implementados pelas OSC, incluindo as condições socioeconómicas do meio onde as comunidades interagiam no seu quotidiano, de modo a permitir uma análise mais sólida do problema em discussão.

Segundo dados apurados das observações às residências dos agregados familiares beneficiários, predominavam ainda múltiplos indicadores da pobreza familiar, sendo que o acesso à habitação condigna continuava sendo um dos principais entraves que as famílias enfrentavam, mesmo tendo se beneficiado de projectos de desenvolvimento, continuavam a apresentar níveis acentuados de vulnerabilidade.

Com efeito, das observações às residências, quinze (15) habitações eram de alvenaria (blocos, cimento e chapas de zinco) e nove (9) de material local (caniço, estacas e gramínea). Com base nos dados acima ilustrados infere-se que as famílias que outrora se beneficiaram de projectos de desenvolvimento ainda encontravam-se em situação de pobreza, não tendo conseguido, mecanismos que permitissem construir uma habitação condigna.

A qualidade do abrigo ou habitação de uma família é um indicador amplamente aceite de riqueza material. Habitação normalmente representa a maior categoria (em valor) dos investimentos em bens duráveis feitos por indivíduos durante o curso da sua vida. A acumulação de bens duráveis pelas famílias e o seu acesso a bens públicos e serviços constituem indicadores não-monetários da pobreza (Ministério da Planificação e Desenvolvimento, 2010: 9).

Ora, o maior dilema destas famílias que outrora se beneficiaram de projectos de desenvolvimento não era somente pelo facto de não possuírem recursos financeiros para poderem construir uma habitação de alvenaria ou condigna, mas sim pelo facto de estarem a residir em condições precárias e vulneráveis a doenças e outras enfermidades, como se pode observar na fotografia 4.3.1.



Fonte: Arquivo do pesquisador (8 de Setembro de 2016: 16:37)

Fotografia 4.3.1. **Residência de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia**

A fotografia acima ilustrada, elucida as condições socioeconómicas que os agregados familiares beneficiários de projectos se encontram, isto é, vivem em condições precárias, desprovidas de recursos materiais e financeiros para que tenham uma vida condigna e consequente bem-estar, como igualmente pode se observar na fotografia 4.3.2.



Fonte: **Arquivo do pesquisador (8 de Setembro de 2016: 16:48)**

Fotografia 4.3.2. Cozinha de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia

São vários os casos constatados de agregados familiares que viviam em condições precárias, sem água potável, sem energia eléctrica, sem assistência médica e medicamentosa, sem acesso a educação, à justiça e muito menos ao poder de decisão sobre os problemas que afligiam as comunidades do distrito.

Neste contexto, é importante frisar que parte dos agregados familiares que se beneficiaram de projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC conseguiram melhorar as suas habitações, mesmo sem ter logrado muitos avanços, a participação nos projectos permitiu a construção de casas de alvenaria, a instalação de energia eléctrica e água potável, como ilustra a fotografia 4.3.3.



Fonte: **Arquivo do pesquisador (9 de Setembro de 2016: 15:13)**

Fotografia 4.3.3. **Residência de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia**

O direito a uma habitação condigna é também um dos indicadores do desenvolvimento humano, sendo que no distrito de Moamba a efectivação deste direito viu-se condicionado por vários factores, mas que no entanto, a pobreza familiar mostrou-se influente, pois, muitos agregados familiares ficaram privados de aceder a bens e serviços (saúde, educação, justiça, etc.) indispensáveis para o seu bem-estar.

Existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas e não apenas como baixa renda. A privação das capacidades elementares pode reflectir-se em morte prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências (Sen, 1999: 35).

Desta feita, foi também importante aferir o nível de acesso a outros serviços, e neste caso, o acesso à água potável e à energia eléctrica por parte dos agregados familiares beneficiários dos projectos. Segundo dados das observações às residências dos membros dos agregados familiares

beneficiários, constatou-se uma discrepância entre os agregados familiares no acesso à rede de abastecimento de água potável e energia eléctrica.

Dos dados, somente dez (10) agregados familiares beneficiários é que tinham acesso à energia eléctrica e dezassete (17) agregados familiares é que tinham acesso à rede de abastecimento de água potável. Os dados destacam que dos beneficiários, catorze (14) agregados ainda não tinham acesso à energia eléctrica e sete (7) agregados familiares ainda não tinham acesso à água potável.

O acesso aos serviços (públicos) de água tem sido áreas de grande investimento governamental e das OSC a nível das comunidades rurais, porém, muito ainda tem que se fazer nesta área. Com efeito, tem se usado como indicador de desenvolvimento, o acesso a uma fonte de água segura, definida como água potável (isto é, não de uma fonte sem tratamento ou sem protecção) (Ministério da Planificação e Desenvolvimento, 2010: 15).

4.4 Actividade de rendimento actual dos membros dos agregados familiares beneficiários dos projectos de desenvolvimento

Após o término dos projectos de desenvolvimento implementados, parte dos membros dos agregados familiares procurou mecanismos alternativos de sobrevivência. No concernente às actividades que os membros dos agregados familiares beneficiários realizavam, estas variavam de acordo com a condição social de cada membro e da sustentabilidade dos projectos dos quais participaram.

Segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários em relação às actividades actuais de rendimento, onze (11) entrevistados afirmaram não realizar nenhuma actividade, oito (8) afirmaram realizar trabalhos sazonais e cinco (5) afirmaram que realizavam actividades comerciais de pequena escala, como se pode constatar nos depoimentos que se seguem:

Depoimento 1: *“para sobreviver lavo roupa e faço limpezas nas casas vizinhas e as vezes me solicitam para limpar terrenos para fazerem machambas e na época das colheitas também sou solicitada”* (Entrevista nº 7 de 12 Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 2: *“tenho uma pequena banca em casa e vendo sabão, óleo, caldo, massa, açúcar, fósforo, cigarros para conseguir ganhar algum dinheiro e poder sustentar os meus filhos, comprar uniforme e cadernos para eles”* (Entrevista nº 13 de 5 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 3: *“agora fico em casa, a espera que um dia consiga outro projecto, aqui não há emprego por isso muitos preferem ir à África do Sul a procura do pão”* (Entrevista nº 22 de 16 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Ora, a maior parte dos beneficiários dos projectos de desenvolvimento no distrito de Moamba, após o término dos projectos não encontraram um enquadramento social, o que por sua vez contribuiu para que ficassem na condição de desempregados ou doméstico e sem qualquer actividade para o seu sustento, incrementando deste modo, os índices de pobreza já existentes nesta comunidade.

É importante salientar que uma renda inadequada pode resultar em privação absoluta de capacidade, ou seja, a privação relativa da renda pode resultar em privação absoluta de capacidade, pois, os indivíduos ficam privados de aceder a bens e serviços indispensáveis para a sua sobrevivência (Sen, 1999).

As actividades comerciais supracitadas por parte de alguns beneficiários dos projectos de desenvolvimento são de menor escala, designadamente, a venda de produtos de primeira necessidade como arroz, açúcar, óleo, ovos, detergentes, dentre outros produtos, porém em pequenas quantidades, pois, estas famílias não dispõem de condições financeiras para grandes empreendimentos.

Os restantes membros dos agregados familiares dedicam-se a trabalhos sazonais distanciados dos projectos dos quais se beneficiaram, ou seja, procuram diariamente realizar actividades que permitam um ganho financeiro nas residências vizinhas ou em locais próximos destas. Das actividades, destacam-se as limpezas e colheitas nos campos de cultivo, limpezas e lavagem de roupa nas residências, abastecimento de água, dentre outras actividades.

Dados acima descritos, mostram que os beneficiários dos projectos de desenvolvimento após o término dos projectos não conseguiram dar seguimento as actividades iniciadas no âmbito dos

projectos, o que anuncia a insustentabilidade dos projectos de desenvolvimento implementados no distrito de Moamba.

4.5 Área e nível de formação dos representantes das Organizações da Sociedade Civil

A maior parte das OSC em Moçambique principalmente as que actuam nas comunidades rurais debatem-se com a problemática de falta de quadros capacitados, capazes de responder às exigências dos projectos de desenvolvimento de forma consistente e satisfatória.

A formação dos actores do processo de desenvolvimento, neste caso, dos membros das OSC é fundamental para o alcance dos objectivos almejados. Deste modo, segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC, estes não tiveram uma formação específica para fazer face as actividades realizadas no âmbito da implementação dos projectos nas comunidades.

Dos dados apurados, dois (2) representantes das OSC afirmaram ter adquirido somente o nível médio do Sistema Nacional de Educação (SNE), um (1) com formação na área de Enfermagem e um (1) com apenas o nível básico do SNE. Depreende-se no entanto, a falta de formação em matéria de gestão de projectos, contudo, os representantes das OSC exerceram actividades no âmbito da implementação dos projectos por acumulação de experiência na área ou inerência da profissão, como se pode observar nos depoimentos abaixo:

Depoimento 4: *“sou formada em Enfermagem, sou directora e gestora de projectos nas Irmãs Missionárias Scalabrinianas à 12 anos, (...) as actividades realizadas no âmbito da implementação dos projectos fiz por acumulação de experiência, mas nunca tive uma formação específica na área de gestão de projectos comunitários”* (Entrevista nº 28 de 10 de Outubro de 2016, Ressano Garcia).

Depoimento 5: *“sou activista desde 2002, tenho a 12ª classe feita e sou gestora de projectos aqui na organização desde 2005, (...) nos últimos anos trabalhei com o PEPFAR”* (Entrevista nº 27 de 10 de Outubro de 2016, Ressano Garcia).

A falta de formação de quadros nas OSC em áreas adjacentes aos projectos resulta na fraca eficiência e eficácia das actividades realizadas, pois, as organizações não dispendo de técnicos

capazes de levar avante acções formativas aos beneficiários com conhecimentos sólidos das estratégias de gestão dos respectivos projectos, estes podem resultar num fracasso.

A maioria das OSC moçambicanas sofre de um baixo nível de formação do pessoal. Existe uma enorme distância entre o grupo reduzido de pessoas qualificadas e uma imensa maioria de indivíduos que apenas tem uma formação elementar. Muitas vezes as OSC contam com a ajuda de colaboradores que não possuem nenhuma preparação em gestão, contabilidade ou qualquer outra tarefa administrativa. Isto é muito visível sobretudo na redacção de projectos submetidos à apreciação dos doadores (SCAC, 2005: 31).

Segundo SCAC (2005), o apoio à gestão dos recursos humanos das OSC representa um dos principais entraves no processo de desenvolvimento, pois, não existem mecanismos de promoção interna no seio da maioria das OSC, que sofrem, pois de uma carência de instrumentos para gerir, motivar e fidelizar as suas equipas.

4.6 Tipo de projectos de desenvolvimento implementados

No distrito de Moamba foram vários os projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC em diferentes áreas e com finalidades distintas, no entanto, nos Postos Administrativos de Moamba e de Ressano Garcia destacaram-se projectos que visavam a geração de renda e expansão de serviços públicos.

Segundo dados apurados das entrevistas dos representantes das OSC em relação a tipologia dos projectos, quatro (4) foram unânimes ao afirmarem que foram implementados projectos de geração de renda, o que significa que todas as organizações entrevistadas implementaram projectos que visavam a geração de renda, no entanto, dois (2) afirmaram que foram igualmente implementados projectos que visavam o combate ao HIV/SIDA, construção e melhoria de infra-estruturas, como se pode atestar nos depoimentos:

Depoimento 6: *“no início das nossas actividades, as nossas atenções estavam viradas à expansão da rede de abastecimento de água, à construção de salas de aulas, lanche escolar, apetrechamento das escolas e na componente acção social, trabalhamos na área da violência doméstica, apoio às COV’s e na área da nutrição”* (Entrevista 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 7: *“a nossa organização desde o ano de 2000 implementou projectos que incidiam nas famílias em situação de pobreza e vivendo com HIV, através da horta comunitária, criação de cabritos, produção de ovos, microcréditos, aconselhamento e testagem ao HIV/SIDA e apoio psicossocial às famílias vivendo com HIV/SIDA”* (Entrevista nº 28 de 10 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Dos dados acima descritos, pode se aferir que as OSC implementaram projectos nas comunidades que visavam a geração de renda, sobretudo nas áreas de agricultura, comércio e pecuária. Por outro lado, implementaram projectos ligados ao combate ao HIV/SIDA, sobretudo, acções de aconselhamento, testagem e apoio psicossocial aos pacientes, com vista a adesão ao tratamento anti-retroviral.

Os projectos ligados à educação, saúde, advocacia, governação e infra-estruturas sociais mereceram destaque durante o período em alusão, todavia, a intervenção nestes muitas vezes era feita directamente pelas organizações internacionais, juntamente com as autoridades administrativas locais.

As OSC em Moçambique têm desempenhado um papel cada vez mais preponderante nos processos de governação e desenvolvimento. Mais do que organizações de provisão de assistência humanitária, estas evoluíram nos últimos anos assumindo deste modo, o papel de promotoras de desenvolvimento e participam activamente em acções de pesquisa e advocacia que visam monitorar e influenciar políticas públicas e de desenvolvimento das comunidades (FDC, 2007).

No concernente ao tipo de projectos que os membros dos agregados familiares se beneficiaram, segundo dados das entrevistas, treze (13) membros dos agregados familiares afirmaram ter se beneficiado de projectos ligados à pecuária, seis (6) asseguraram ter se beneficiado de projectos ligados ao comércio e cinco (5) afirmaram ter se beneficiado de projectos ligados à agricultura, como atestam os depoimentos seguintes:

Depoimento 8: *“participei de um projecto agrícola para a produção de alimentos como o milho, mandioca e hortícolas através da associação, depois de terminar o projecto, deram produtos para vender em casa”* (Entrevista nº 8 de 12 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 9: *“deram arroz, farinha, massa, açúcar, caldo, sabão e uma banca para iniciar com o negócio, (...) não deram em dinheiro, deram produtos para vender e devia devolver cinquenta por cento do valor da compra dos produtos”* (Entrevista nº 19 de 12 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 10: *“fomos integrados num projecto de produção de frangos e ovos para vender, mas tivemos muitas dificuldades porque não tínhamos experiência de produção de frangos ou ovos”* (Entrevista nº 3 de 8 Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Dos dados, evidenciou-se uma dissemelhança em relação aos projectos implementados no Posto Administrativo de Moamba e de Ressano Garcia, pois, nas comunidades do Posto Administrativo de Moamba notabilizou-se uma maior incidência na prática da agricultura, criação de frangos e produção de ovos, facto deveras influenciado pelas condições climáticas, para além das condições de relevo, incluindo a proximidade da bacia do rio Incomáti que favorece à prática da agricultura.

Por outro lado, no Posto Administrativo de Ressano Garcia notabilizou-se uma maior incidência na prática do comércio, pois, o relevo e as condições climáticas não favorecem a prática da agricultura, ou seja, a localização geográfica na zona fronteiriça com RSA favorece para a prática do comércio, visto que parte considerável dos produtos de primeira necessidade e entre outros são adquiridos na RSA.

As actividades desenvolvidas pelos membros dos agregados familiares no âmbito dos projectos desenvolvidos, não foram acompanhadas de acções formativas consistentes que permitissem uma sustentabilidade dos projectos implementados. Os beneficiários afirmaram ter enfrentado dificuldades em avançar com os projectos, visto que não dispunham de conhecimentos sólidos para a produção de frangos, ovos ou para a prática da horticultura e do comércio, pois, muitos destes não tiveram formação para o efeito.

A formação dos beneficiários constitui um elemento-chave para a correcta interpretação das estratégias de implementação dos projectos e consequente alcance dos objectivos esperados. Na óptica de Lopes (2005) quando um novo conhecimento não está integrado aos conhecimentos ou sistemas produtivos domésticos, ele não é útil, apesar do seu potencial, isto é, não traz resultados esperados.

4.7 Duração dos projectos de desenvolvimento implementados

Foi importante o conhecimento do período de duração dos projectos para aferir a influência da duração destes na aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competência por parte dos beneficiários.

Segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários em relação à duração dos projectos implementados, onze (11) afirmaram que os projectos tiveram a duração de 1 a 3 meses, constituindo portanto a maioria, oito (8) afirmaram que os projectos tiveram a duração de 3 a 6 meses e um (1) afirmou que os projectos tiveram a duração de 12 meses, como se pode observar nos depoimentos:

Depoimento 11: *“o projecto durou três meses, depois deram a cada um nós, um valor de cinco mil meticais (5000.00 Mt) para a aquisição de produtos para venda nas nossas casas”* (Entrevista nº 15 de 5 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

É fundamental que os beneficiários desenvolvam competências no âmbito das estratégias de efectivação dos projectos, todavia, só é possível desenvolver competências quando são desenvolvidas acções formativas, obedecendo uma periodicidade que permita a assimilação dos conhecimentos, desenvolvimento de competências e confiança entre os intervenientes do processo.

O limite temporal dos projectos de desenvolvimento (dois/três anos, em media) é insuficiente para se estabelecer confiança entre o pessoal dos projectos e os grupos-alvo, especialmente nas sociedades linhageiras, nas quais a confiança assenta em pessoas e não em organizações ou instituições. Ora, sem essa confiança os projectos não podem ter êxito (Milando, 2005: 43).

Não obstante, os projectos implementados na sua maioria foram de curta duração e em muitos casos, não permitiram a assimilação dos conhecimentos e desenvolvimento de competências por parte dos membros dos agregados familiares beneficiários, o que resultou na não continuidade das actividades, devido à complexidade dos projectos, aliado aos índices de analfabetismo registados no distrito de Moamba.

4.8 Proveniência do financiamento dos projectos de desenvolvimento

Segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC em relação à proveniência do financiamento dos projectos, os representantes das OSC foram unânimes ao afirmarem que os projectos foram financiados pelas Embaixadas e ONG's. Dos dados, pode se aferir que todas as organizações entrevistadas beneficiaram-se de financiamento tanto das Embaixadas, assim como das ONG's, conforme atestam os depoimentos:

Depoimento 12: *“no início a Sociedade Aberta recebia financiamento das Embaixadas da Itália e Dinamarca para implementação de projectos que visavam a construção de infra-estruturas escolares, lanche escolar, apetrechamento institucional e apoio as COV's, (...) mais tarde recebemos apoio da União Europeia, da britânica OXFAM e da Irlandesa TRÓCAIRE para outros projectos, incluído o HIV-SIDA e boa governação”* (Entrevista nº 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 13: *“ao longo desses anos a Associação Phuka Lixile recebeu o apoio da União Europeia, da organização Irlandesa TRÓCAIRE e do PEPFAR para implementação de vários projectos, mas com maior enfoque ao desenvolvimento comunitário e combate ao HIV-SIDA”* (Entrevista nº 27 de 10 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 14: *“as Irmãs Missionárias Scalabrinianas estão em Moçambique à 23 anos e com várias intervenções a nível comunitário e tem desenhado vários projectos que em muitos casos são financiados pelos parceiros como a Embaixada da Alemanha, dos Estados Unidos da América, da Itália e da França”* (Entrevista nº 28 de 10 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 15: *“recebemos o apoio do fundo do PEPFAR que é uma cooperativa norte americana para implementarmos projectos na área do HIV, tuberculose e sensibilização das comunidades para adesão ao tratamento anti-retroviral e circuncisão masculina”* (Entrevista nº 27 de 10 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

As OSC que actuaram no distrito Moamba destacaram o fraco apoio do Estado nos trabalhos realizadas por estas, sendo que o apoio não restringia apenas ao financiamento, mas também na busca de mecanismos que permitissem maior celeridade dos processos de desenvolvimento, pelo

que, parte das organizações recorria a informalidade como forma de contornar a regulação estatal, por vezes condicionada pelo excesso de burocracia nas estruturas administrativas.

A Sociedade Civil praticamente não recebe financiamento público e grande parte do que recebe surge por insistência dos doadores e parceiros internacionais do Estado. Mas não existem regras claras e transparentes relativamente às modalidades do apoio do Estado às OSC. No final, as ligações são estabelecidas de forma *ad doc*, em moldes informais e sem clareza de critérios explícitos e transparentes (FDC, 2007: 14).

Para que as OSC pudessem se beneficiar do financiamento das Embaixadas e ONG's, tinham de reunir requisitos exigidos para o efeito. Segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC, o financiamento dos projectos dependia do desempenho da OSC, ou seja, da análise dos relatórios financeiros e descritivos, incluindo os resultados alcançados em projectos anteriores, legalidade e experiência da OSC, conforme atesta o depoimento:

Depoimento 16: *“para que as organizações pudessem aceder ao financiamento, os financiadores avaliavam o desempenho através da análise dos relatórios financeiros, descritivos e resultados alcançados nos projectos anteriores e por isso não era fácil aceder ao financiamento”* (Entrevista nº 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Diante da realidade acima descrita, Milano (2005) advoga que os projectos de desenvolvimento são avaliados segundo os seus próprios méritos, de modo particular, segundo a sua capacidade de alcançar os objectivos programados, sem ter em conta a questão da sua harmonização ou não com os contextos sociais e culturais nos quais se inserem, constituindo um entrave para a sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento rural em Moçambique.

A interacção entre as OSC e os financiadores mostrou-se fragilizada de ano após ano, facto deveras condicionado pela fraca credibilidade dos financiadores na capacidade das organizações, sobretudo, influenciada pela fraca capacidade organizacional e de liderança da maior parte das OSC em Moçambique.

Em muitos aspectos, o relacionamento entre as OSC e os doadores continua pouco efectivo, por culpa não só da debilidade das OSC. Como os doadores detêm a posse praticamente absoluta dos recursos (financeiros e técnicos) necessários, na prática isto confere-lhes um enorme poder de negociação. Muitas vezes as doações e ajudas prometidas não são concretizadas com a eficácia e

eficiência esperadas e prometidas. Isto também contribui negativamente para a reputação das OSC perante os membros e as comunidades com quem trabalham e assumem compromissos (FDC, 2007: 67).

Para que OSC cumpram com o seu papel de promotoras de processos desenvolvimento, precisam de uma estrutura organizacional sólida que as permita tomar decisões conducentes e qualificadas de princípios e valores defendidos por elas.

4.9 Principais actores do processo de concepção dos projectos de desenvolvimento

O processo de concepção dos projectos é fundamental para a sustentabilidade dos mesmos, havendo deste modo, necessidade de se ter em conta as especificidades do grupo alvo, suas características inatas, crenças, valores defendidos, hábitos e costumes. Segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, os actores do processo de concepção dos projectos variavam de acordo com a natureza dos projectos e das organizações.

Dos dados, treze (13) membros dos agregados familiares beneficiários afirmaram que os financiadores constituíram os principais actores no processo de concepção de projectos, oito (8) afirmaram que as OSC constituíram os principais actores e uma minoria de três (3) afirmou não ter informação acerca dos principais actores no processo de concepção dos projectos, como se pode observar nos depoimentos:

Depoimento 17: *“o projecto foi definido pelos financiadores e gerido pela Associação KUPONA que mais tarde veio a chamar-se CONFHIC, que era uma organização destinada a poupanças e a renda familiar”* (Entrevista nº 24 de 16 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 18: *“os nossos projectos foram chumbados porque os fundos não cobriam e fomos integrados num projecto da Sociedade Aberta de criação de frangos, (...) as capoeiras situavam-se a cinco quilómetros (5km) das nossas residências, sem luz, tínhamos que comprar água e servir os pintos três vezes por dia, por isso fracassou”* (Entrevista nº 12 de 15 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Os dados acima descritos demonstram que os financiadores constituíram os principais actores do processo de concepção dos projectos implementados no distrito, facto que leva a inferir que estes foram concebidos na óptica dos financiadores e apresentados à comunidade para a sua implementação e em muitos casos desfasados da realidade vivencial das comunidades, pois, não gozavam dos mesmos princípios e visões, muito menos das mesmas crenças e perspectivas de vida.

Este facto, fez com que as comunidades beneficiárias se distanciassem cada vez mais dos projectos desenvolvidos, ou seja, a sua participação foi insignificante e ineficiente, facto que exerceu influência na consecução dos mesmos, pois, os hábitos e costumes das comunidades em muitos casos contrapunham às perspectivas dos financiadores, facto que por sua vez, exerceu influência nos resultados obtidos.

Segundo Mosca (2002) as organizações actuam cada vez mais de forma articulada com as cooperações intergovernamentais, surgindo muitas vezes como executoras de programas, todavia, a cooperação e a ajuda podem transformar-se em dependência e a emergência pode prolongar-se sem origem a processos de desenvolvimento.

Não seria possível vislumbrar-se um desenvolvimento integrado das comunidade do distrito de Moamba tendo como base as relações de poder, isto é, falta de oportunidades por parte da comunidade de poder opinar sobre as estratégias que visavam melhorar as suas condições de vida e bem-estar.

Segundo Milando (2005) determinados projectos que visavam o desenvolvimento rural, os principais actores de desenvolvimento (comunidades beneficiarias) recebiam projectos já concebidos para a sua implementação e existiram casos em que o retorno do capital ao país financiador chegou a atingir os 80% do capital financiado.

É importante realçar que parte dos beneficiários que não tinham conhecimento acerca dos principais actores do processo de concepção dos projectos, pois, segundo estes, somente foram informados pelas autoridades locais (chefes de quarteirão) sobre a existência de um projecto destinado aos agregados familiares que viviam no contexto de pobreza, sem no entanto, conhecer a origem e finalidades do projecto, como se pode observar no depoimento:

Depoimento 19: “(...) não conheço as pessoas que criaram o projecto, os chefes de quarteirão andaram de casa em casa a registarem as pessoas de acordo com a sua condição social e disseram que existia um projecto da FDC para ajudar as famílias pobres de Moamba” (Entrevista nº 5 de 10 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

As OSC ocuparam um lugar de destaque na concepção dos projectos de desenvolvimento no distrito, todavia, em muitos projectos a sua intervenção não foi acompanhada de uma integração da comunidade na elaboração das estratégias que visavam o desenvolvimento das diferentes comunidades que compõem o distrito de Moamba.

Este facto, pressupõe uma imposição dos projectos implementados, pois as comunidades somente foram informadas da existência de um projecto, sem que no entanto conhecessem os contornos, requisitos para fazer parte ou capacitação para poder aderir. Vezes sem conta, os beneficiários fizeram parte de projectos sem conhecer os reais objectivos e benefícios dos mesmos.

Notabilizam-se distorções a vários níveis nos processos que visavam o desenvolvimento do distrito da Moamba, porém, com maior incidência às distorções advindas dos projectos e às distorções consoante as pessoas. Segundo Chambers (1997) o turismo no desenvolvimento rural e a pesquisa rural sofrem distorções devidas aos projectos, pois, as pessoas envolvidas no desenvolvimento rural e na pesquisa rural ficam amarradas às redes de contacto cidade-campo, distanciadas da realidade vivencial das comunidades rurais.

Nas distorções consoante as pessoas, geralmente os indivíduos que têm contactos com os “turistas” do desenvolvimento rural, são funcionários de nível local e investigadores rurais e de quem obtêm as suas impressões, mas que no entanto têm uma visão distorcida das populações mais pobres (Chambers, 1997).

Pensar no desenvolvimento rural é pensar nas especificidades de cada região, de cada grupo social, ou seja, na diversidade e portanto, a que adoptar políticas e estratégias de desenvolvimento adequadas ao contexto.

Há necessidade de tratar os processos de desenvolvimento de forma diferenciada, como defende um dos princípios do Serviço Social, *cada caso é um caso*, o que pressupõe que em todo

indivíduo ou grupo, deve ser respeitada a sua dignidade inata, independentemente da sua condição social, económica, cultural ou mesmo religiosa (Bernadit, 2010).

Um dos grandes entraves na implementação de projectos de desenvolvimento em Moçambique prende-se com a fraca comunicação entre os diferentes actores, facto agudizado pela falta de cultura de prestação de contas e domínio da legislação vigente por parte dos membros das OSC (FDC, 2007).

Foi importante perceber a opinião que outros actores do processo tiveram em relação aos principais intervenientes na concepção dos projectos, de modo a permitir uma melhor compreensão do processo. Nesta senda, segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC em relação aos principais intervenientes do processo de concepção dos projectos, estes foram unânimes ao afirmar que as OSC e os financiadores é que comumente definiam os projectos destinados à comunidade, como atestam os depoimentos:

Depoimento 20: *“os financiadores é que determinaram os projectos a serem implementados e a nossa organização aceitou para não correr o risco de perder o financiamento”* (Entrevista nº 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 21: *“existem projectos que foram desenhados na nossa instituição, depois procuramos financiamento e levamos a proposta às comunidades para a sua implementação, mas os financiadores só aprovavam os projectos abrangidos pelos seus programas de intervenção, por isso muitos projectos sofreram alterações”* (Entrevista nº 27 de 10 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Os dados acima ilustrados apontam para uma exclusão de outros actores importantes do processo de desenvolvimento, nomeadamente, as comunidades beneficiárias e as autoridades que regulam as actividades das OSC a nível do distrito de Moamba. Esta realidade é resultante das relações estabelecidas entre os financiadores dos projectos e os demais actores do processo de desenvolvimento.

A realidade acima descrita encontra um enquadramento nas teorias que sustentam a pesquisa. A abordagem sobre o desenvolvimento de África de Felwine Sarr traz uma visão mais aprofundada das perspectivas de desenvolvimento para África.

Com efeito, para Sarr (2016) as sociedades africanas devem buscar mecanismos próprios (ideias) para a resolução dos diferentes problemas que enfrentam, a partir dos valores sociais e culturais dos próprios africanos, o que significa que os diferentes projectos implementados nas comunidades rurais devem espelhar os anseios das comunidades e não absorção de projectos acabados.

Gramsci advoga que as necessidades dos diferentes grupos sociais devem ser resolvidas em liberdade, ou seja, o momento da superestrutura (purificação), o que significa que o passado histórico e as relações sociais existentes constituem condições-chave para a mudança, portanto, há necessidade de se ter em conta as realidades e especificidades de cada grupo (Bobbio, 1982).

4.10 Factores que influenciaram na definição de projectos e programas de desenvolvimento

São vários os factores que podem influir na definição dos projectos, mas com maior frequência evidenciam-se factores relacionados com os níveis de pobreza ou a condição social das famílias, o impacto socioeconómico dos projectos, os objectivos a alcançar, a situação de vulnerabilidade das famílias, os fundos existentes para implementação dos projectos, dentre outros aspectos que directa ou indirectamente exercem influência.

No distrito de Moamba segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, quinze (15) afirmaram desconhecer os factores que influenciaram na definição dos projectos, cinco (5) apontaram a pobreza familiar e uma minoria de quatro (4) afirmou que a problemática do HIV/SIDA constitui um dos factores determinantes para a definição dos projectos dos quais se beneficiaram, como se pode observar nos depoimentos seguintes:

Depoimentos 22: *“ouvi através de uma vizinha que existia um projecto na Rede Camo para mães solteiras e com três ou mais filhos e me escrevi, por isso não conheço os factores”* (Entrevista nº 4 de 10 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 23: *“beneficiei-me do projecto de venda de produtos de primeira necessidade do PEPFAR por ser mãe solteira e seropositiva, e por não ter emprego para sustentar a minha família (...) sou viúva”* (Entrevista nº 18 de 9 de Setembro de 2016, Posto de Ressano Garcia).

Depoimento 24: *“participei do projecto porque sou pobre, o meu marido me abandonou e por isso pedi apoio a Sociedade Aberta para conseguir alguma coisa para os meus cinco filhos que ainda iam a escola”* (Entrevista nº 6 de 10 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Com base nos dados acima ilustrados, pode se depreender que a maior parte dos membros dos agregados familiares beneficiários dos projectos não tinham conhecimento dos factores que influenciaram na definição dos projectos dos quais se beneficiaram. Os dados da pesquisa apontam ainda para o facto de alguns projectos terem sido concebidos e direccionados às famílias que viviam no contexto de HIV/SIDA e outras no contexto da pobreza.

É importante frisar que o distrito de Moamba localiza-se no sul de Moçambique e entretanto, segundo Quive (2007), a zona sul do país apresenta índices de seroprevalência relativamente elevados não só pela sua localização geográfica, mas também devido ao tradicional trabalho migratório para as minas da África do Sul, país com altas taxas de seroprevalência.

Não obstante, segundo SCAC (2005), as OSC moçambicanas por sofrerem uma total dependência relativamente aos doadores, são induzidas a comportamentos “comerciais”, pois muitas organizações trabalham na luta contra o SIDA, seguramente porque é importante, mas também porque nesta área os fundos são abundantes e não por causa de uma competência específica na área.

A questão do género mostrou-se predominante nos projectos implementados nos Postos Administrativos de Moamba e de Ressano Garcia, pois, no processo de elegibilidade, as mulheres viúvas e chefes de agregados familiares foram privilegiadas, embora por vezes os projectos mostravam-se desarticulados à sua realidade vivencial.

Quanto à questão da sua harmonização ou não com os contextos sociais e culturais nos quais se inserem, tem prevalecido omissões. Nos projectos destinados às mulheres em particular parte-se quase sempre do princípio de que tudo quanto seja planeado para as mulheres será do seu interesse. Uma das consequências deste pressuposto é a constituição de uma espécie de “bons projectos” universais para as mulheres, independentemente do contexto que se situem (Driel e Reisen, 1994: 158 citados por Milando, 2005: 43).

Na óptica de Sarr (2016) a resiliência deve marcar as sociedades africanas, não só nas relações de cooperação internacional, mas também na resposta à herança da colonização. Em África muitos projectos liderados por ONG's deram origem a outros projectos, sem realmente produzirem mudanças no seio das sociedades africanas.

Na opinião dos representantes das autoridades administrativas destacaram-se vários factores que determinaram a definição dos projectos, entretanto, as condições socioeconómicas das comunidades mostraram-se influentes no processo, visto que as comunidades apresentavam índices de pobreza e sem oportunidades de emprego, tornavam-se cada vez mais vulneráveis, como certificam os depoimentos:

Depoimento 25: *“eram elegíveis as comunidades ou famílias que viviam no contexto de pobreza e que apresentassem dificuldades em prover recursos para o sustento das suas famílias”* (Entrevista nº 29 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 26: *“as famílias vivendo com HIV/SIDA mereceram especial atenção devido a sua vulnerabilidade e portanto, alguns projectos eram destinados a este grupo alvo”* (Entrevista nº 30 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

De acordo com os dados acima descritos, pode se deduzir que a pobreza familiar, incluindo a existência de famílias vivendo no contexto do HIV/SIDA, foram determinantes para que as OSC e financiadores definissem projectos que visavam a geração de renda familiar, de modo a que os agregados familiares pudessem dispor de recursos que os permitisse garantir o sustento familiar e aceder a outros bens e serviços básicos.

As OSC definiram critérios para que levassem os projectos às comunidades, sendo que a visão dos financiadores mostrou-se determinante no processo de concepção dos projectos. Segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC, os financiadores detinham o poder financeiro sobre todos os processos que visavam o desenvolvimento das comunidades do distrito, como atesta o depoimento:

Depoimento 26: *“as OSC concorriam para fundos anunciados pelos financiadores, porém os projectos deviam estar ajustados às perspectivas dos financiadores para que fossem aprovados, (...) muitos projectos concebidos pelas OSC não foram aprovados pelos financiadores*

alegadamente porque os fundos não cobriam” (Entrevista nº 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Da análise dos dados colhidos dos membros dos agregados familiares beneficiários, das autoridades administrativas do distrito e das OSC em relação aos factores que influenciaram na definição dos projectos de desenvolvimento pode se deduzir que as condições socioeconómicas das comunidades influenciaram na natureza dos projectos implementados.

Por outro lado, a questão do género aliada à problemática do HIV/SIDA também mereceu destaque, visto que o distrito de Moamba por várias razões, incluindo a sua localização geográfica e emigração para a RSA apresenta níveis elevados de seroprevalência.

As mulheres constituíam o grupo mais afectado, pois, repetidas vezes foram abandonadas com crianças pelos seus cônjuges, a partir do momento em que tomaram o conhecimento do seu estado serológico, alegadamente porque estas contraíram a doença (HIV/SIDA) na prática do adultério. Em muitos casos, as mulheres tiveram o conhecimento do seu estado serológico quando iniciaram as consultas pré-natais e não por iniciativa própria de fazer o teste de HIV como se pode observar no depoimento:

Depoimento 27: “quando fiquei grávida iniciei com as consultas pré-natais e fiquei a saber que tinha HIV, disseram para que chamasse o meu marido (...) e quando ele teve conhecimento me abandonou alegando que contraí a doença com outros homens” (Entrevista nº 10 de 15 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Para a implementação de projectos, as OSC concorriam para fundos existentes ao nível das instituições financiadoras, pelo que parte dos projectos não foram aprovados pelos financiadores porque os fundos existentes não cobriam os projectos propostos pelas organizações, facto que levou as OSC a proporem projectos que os financiadores se identificavam e consequentemente pudessem alocar os respectivos fundos, por vezes sem ter em conta as reais necessidades e prioridades das comunidades beneficiárias.

O compromisso e desejo das OSC de participarem no processo de governação e desenvolvimento do país, é muitas vezes, confrontado com uma limitada capacidade para contribuir de forma efectiva e sustentada a todos níveis. O conhecimento sobre o estado da Sociedade Civil é também

limitado e tem havido poucas oportunidades para que membros das OSC se juntem para discutirem e reflectirem em torno dos desafios que enfrentam (FDC, 2007: 11).

Os financiadores exerceram influência na natureza dos projectos implementados no distrito de Moamba, visto que as propostas dos projectos apresentadas pelas OSC ficaram reféns dos fundos alocados pelos financiadores. Não obstante, os financiadores apresentavam projectos acabados e prontos para serem implementados nas comunidades, coagindo deste modo às OSC a adequarem-se às exigências e visões dos mentores por via de concurso.

4.11 O papel dos principais actores do processo de desenvolvimento na concepção dos projectos de desenvolvimento

Todos os actores do processo de desenvolvimento são chamados à responsabilidade no processo de planificação e execução dos projectos. Os beneficiários constituem actores importantes em todas as fases do projecto, sendo que a sua participação é preponderante para o alcance dos objectivos almejados.

No concernente ao papel que os beneficiários tiveram na concepção dos projectos, segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares, quinze (15) afirmaram não ter exercido nenhum papel no processo e nove (9) afirmaram que as organizações e financiadores é que apresentaram às comunidades projectos já concebidos, como se pode observar nos depoimentos seguintes:

Depoimento 28: *“concorri e fui beneficiária no projecto de microcréditos, consegui ter uma banca em casa e disseram que os dinamarqueses é que estavam a ajudar as famílias que viviam na pobreza, por isso o projecto não era nosso, já existia”* (Entrevista nº 16 de 9 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 29: *“os técnicos do FDC é que aproximaram à comunidade juntamente com os chefes de quarteirão e nos informaram acerca dos documentos que devíamos apresentar para poder fazer parte do projecto que eles tinham para nós”* (Entrevista nº 6 de 12 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Desprende-se aqui a fraca, se não, nenhuma participação directa das comunidades beneficiárias no processo de concepção dos projectos de desenvolvimento, ora implementados pelas OSC no distrito de Moamba.

A participação tem sido apropriada por diferentes grupos e organizações sociais para fazerem valer os seus interesses e objectivos. Usam-na frequentemente para manipular os supostos beneficiários do desenvolvimento, em vez de lhes proporcionar o controlo das mudanças sócias e económicas que afectam a sua vida (Milando, 2005: 44).

As relações e as múltiplas formas de intervenção externas deveriam combinar de modo equilibrado e equitativo, os interesses e expectativas dos intervenientes com respeito aos directamente beneficiários, incluindo os seus mecanismos de organização e de reprodução (Mosca, 2002).

Segundo Milando (2005), os projectos de desenvolvimento em África parecem ser respostas enviesadas aos problemas reais das sociedades africanas, pois, estas vêm sendo forçadas a desmarcar-se das suas próprias origens através da introdução de novos conceitos, novas estratégias, de novas racionalidades e de novas práticas, todavia sem o impacto pretendido pelos financiadores.

A não integração dos principais beneficiários dos projectos, neste caso dos membros dos agregados familiares, resulta de diferentes factores, todavia, a percepção que os financiadores têm da realidade destas comunidades (fraco grau de conhecimento) determinou o tipo de projectos implementados.

Embora a participação dos beneficiários dos programas de desenvolvimento comunitário seja o elemento fundamental do discurso adoptado pelos diversos actores desses programas, a nossa constatação foi de que verificam-se por conseguinte, situações em que são os próprios doadores ou os panificadores desses programas que trazem os esquemas já desenhados, para que estes sejam levados em consideração por parte dos implementadores, ou trazem os programas já concebidos, prontos para serem implementados no terreno. Deste modo, os beneficiários não fazem mais nada, se não aderirem ao trabalho, através de uma espécie de motivação à aderência popular daquilo que já esta esquematizado e preparado para as equipas poderem levar aos locais de implementação (Francisco, 2007: 161).

A mudança de controle e do poder dos beneficiários nas intervenções para o desenvolvimento e para os provedores de assistência, naturalmente resulta do facto do financiamento dessas intervenções vir inevitavelmente do doador e não do receptor (Lopes, 2005).

Na abordagem sobre o desenvolvimento de Amartya Sen (1999) destaca-se a necessidade dos sujeitos do processo de desenvolvimento terem a possibilidade de fazer escolhas ajustadas (liberdade) às suas necessidades e não uma mera imposição de estratégias. É indispensável a eliminação de todas as barreiras que condicionam a participação activa dos principais actores de desenvolvimento (comunidades beneficiárias), estas devem assumir a posição de sujeitos activos do processo e não meros objectos de desenvolvimento.

Por sua vez, a teoria dos actores de Norman Long (1992) introduz o conceito de *agency* (agência) que se refere a capacidade que os actores (beneficiários) têm de processar experiências, tomar decisões e actuar em consequência, pois, um determinado poder nestes, resultará em mudanças significativas. Isto significa que nos processos de desenvolvimento os beneficiários têm o poder de decisão sobre os melhores mecanismos para a resolução dos seus problemas, pois, definem e optimizam seus objectivos e práticas de gestão na base de diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas.

Apesar de se reconhecer que o processo de desenvolvimento das comunidades particularmente rurais exige uma sinergia de diferentes actores, no distrito de Moamba segundo dados apurados das entrevistas às autoridades administrativas, o seu papel na concepção de vários projectos mostrou-se ineficiente, pois os projectos já vinham concebidos pelas OSC e financiadores, como ilustram os depoimentos:

Depoimento 30: *“as OSC em muitos casos vinham com financiamento de fora e não revelavam às autoridades administrativas os seus projectos, muito menos os fundos existentes, dirigiam-se directamente às comunidades com o objectivo de implementar os seus projectos”* (Entrevista nº 30 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 31: *“as comunidades por vezes rejeitavam as OSC quando estas se faziam a elas não acompanhadas das autoridades administrativas e somente nessa altura é que as OSC aproximavam às autoridades administrativas para darem a conhecer os seus projectos e as suas*

pretensões” (Entrevista nº 32 de 14 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 32: *“algumas instituições financiadoras aproximavam à administração para dar a conhecer a existência de projectos de apoio comunitário e portanto, procuravam saber das necessidades e dificuldades das comunidades, mesmo já tendo definido o projecto para elas”* (Entrevista nº 29 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Dos dados descritos, pode se aferir que as autoridades administrativas não exerceram activamente o seu papel na concepção dos projectos, visto que em muitos casos, estas restringiam o seu papel no informe das dificuldades enfrentadas pelas comunidades, sem no entanto, exercer alguma influência directa sobre as decisões-chave, facto que vem a sustentar a opinião de que o papel das autoridades administrativas na definição dos projectos implementados no distrito de Moamba no período em alusão revelou-se ineficiente.

Outro factor que contribuiu para que as autoridades administrativas não exercessem de forma eficaz o seu papel, é facto de algumas OSC não terem dado a conhecer às autoridades administrativas o financiamento alocado para os projectos e por vezes dirigiam-se directamente às comunidades com o intuito de implementar projectos, sem portanto requerer ou observar os procedimentos administrativos exigidos para o efeito.

As OSC traziam projectos já concebidos incluindo os potenciais beneficiários, mesmo por vezes não sendo considerados prioritários por parte das autoridades administrativas. Este facto, com frequência desencadeava atritos entre as OSC que actuavam no distrito e as autoridades administrativas locais, para além da perda de credibilidade das organizações diante das autoridades administrativas.

Segundo a SCAC (2005), a principal característica das OSC moçambicanas é a sua fragilidade institucional, que se declina em vários aspectos, nomeadamente: más condições materiais, baixo nível de qualificação do pessoal, fraca participação voluntária, dificuldades em se situar de forma credível face às autoridades públicas.

4.12 Critérios de elegibilidade dos beneficiários dos projectos de desenvolvimento

Cada OSC tem o seu âmbito de actuação e por conseguinte os projectos implementados por estas têm finalidades distintas e por vezes grupo alvo diferenciado. Esta multiplicidade de campos de actuação fez com que as OSC no distrito de Moamba tivessem critérios de elegibilidade dos beneficiários diferenciados.

Segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, foram vários os requisitos exigidos pelas OSC e seus parceiros, entretanto, nove (9) afirmaram que a pobreza familiar constitui o principal requisito, oito (8) afirmaram que a vulnerabilidade das famílias vivendo com HIV/SIDA revelou-se determinante, quatro (4) destacaram as condições socioeconómicas das famílias, dois (2) afirmaram que a afinidade entre os potenciais beneficiários e os gestores dos projectos mostrou-se influente e um (1) afirmou ter requerido para se beneficiar, como se pode observar nos seguintes depoimentos:

Depoimento 33: *“participei do projecto de criação de frangos e poedeiras para produzir ovos porque sou pobre e não conseguia comprar comida para os meus filhos, eles avaliavam as condições de cada um para poder se beneficiar”* (Entrevista nº 17 de 9 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 34: *“a organização disse que os financiadores só aceitavam mulheres com três (3) ou mais filhos, solteiras e desempregadas, (...) pelo facto de ser pobre foi escolhida”* (Entrevista nº 11 de 15 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 35: *“foi escolhida para fazer parte do projecto da ADPP porque sou mãe solteira e seropositiva, sendo deficiente precisava fazer algo para cuidar da minha família”* (Entrevista nº 9 de 12 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

A maior parte dos beneficiários assegura que os requisitos estavam escrupulosamente ligados à pobreza familiar, o que significa que eram elegíveis os membros dos agregados familiares que viviam em situação de pobreza. Por outro lado, destacaram-se famílias em que a sua condição social (desemprego, deficiência) não as permitia suprir com as necessidades básicas e que por este motivo eram elegíveis.

As famílias vivendo com HIV/SIDA mereceram consideração no processo de elegibilidade dos beneficiários, pois, parte dos projectos foram direccionados a este grupo alvo, ou seja, foram concebidos tendo como finalidade ajudar as famílias vivendo com HIV/SIDA, de modo a que pudessem suprir com algumas carências, visto que pessoas com HIV/SIDA por vezes têm condicionamentos físicos para poderem exercer determinadas actividades, para além da exclusão social que sofrem com frequência no mercado laboral.

Em Moçambique, como em outros países africanos, a prioridade afixada actualmente é o SIDA, por esse motivo os fundos destinados a apoiar a luta contra o HIV/SIDA são os mais aprovionados e os mais atractivos para as OSC, facto que contribui para que as organizações integrem a componente HIV/SIDA nos projectos a desenvolver (SCAC, 2005).

Outro factor que merece consideração na presente pesquisa está relacionado com a afinidade que os potenciais beneficiários tinham com os gestores dos projectos de desenvolvimento implementados pelas OSC.

Parte dos membros dos agregados familiares beneficiários, afirmou que para elegibilidade, os potenciais beneficiários tinham de ter um grau de afinidade com os gestores dos projectos, ou seja, dava-se primazia aos membros dos agregados familiares que tinham um grau de parentesco ou aproximação com os gestores dos projectos, como atesta o depoimento:

Depoimento 36: *“algumas pessoas conseguiram fazer parte do projecto de microcrédito porque eram familiares e amigos dos senhores da organização (...), mesmo eu, concorri três (3) vezes não consegui, mas insisti e na quarta vez é que consegui”* (Entrevista nº 24 de 16 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Não obstante, no distrito de Moamba destacaram-se ainda membros dos agregados familiares que se beneficiaram dos projectos devido a sua condição socioeconómica, tendo para o efeito requerido às OSC o apoio para que pudessem fazer parte dos projectos.

Na mesma senda, segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC em relação aos requisitos exigidos para que os membros dos agregados familiares pudessem se beneficiar dos projectos, estes, advogam o estabelecimento de critérios para a elegibilidade dos

beneficiários, nomeadamente, a avaliação das condições socioeconómicas das famílias e a vulnerabilidade das famílias vivendo com HIV/SIDA.

Dos dados descritos, depreende-se uma consonância em relação aos critérios de elegibilidade dos beneficiários, o que significa que a pobreza e a problemática do HIV/SIDA influenciaram na elegibilidade dos beneficiários dos projectos de desenvolvimento implementados no distrito de Moamba.

Um dado não menos importante é a discordância entre as autoridades administrativas e as OSC em relação à escolha das comunidades beneficiárias, pois, segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das autoridades administrativas, nos projectos desenvolvidos notabilizou-se uma tendência por parte das OSC em empreender esforços às mesmas comunidades, impossibilitando a expansão das acções para outras localidades (Penssene, Movene, Tenga, Koromane), como atesta o depoimento:

Depoimento 37: *“as OSC implementavam projectos nas mesmas comunidades, próximas da vila sede e dificilmente alocavam os projectos para Penssene, Movene, Tenga, Koromane, mesmo sendo locais em que as comunidades são geralmente pobres”* (Entrevista nº 29 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Pelo facto de as OSC repetidas vezes terem levado ao distrito projectos já concebidos, incluindo potenciais beneficiários identificados, as autoridades administrativas enfrentaram dificuldades na orientação das OSC para a selecção dos beneficiários, pelo que, em muitos projectos não exerceram nenhuma influência na identificação e selecção dos beneficiários.

4.13 Serviços e apoios prestados pelas Organizações da Sociedade Civil no âmbito da implementação dos projectos

As acções das OSC no âmbito da implementação dos projectos são geralmente multifacetadas e com finalidades distintas. Assim sendo, para melhor percepção do papel que as OSC desenvolveram no âmbito da implementação dos projectos foi pertinente o conhecimento dos serviços prestados por estas organizações.

Dos dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, doze (12) afirmaram não ter recebido nenhum apoio ou serviço prestado pelas OSC no âmbito da implementação dos projectos, oito (8) advogam ter recebido uma cesta básica durante a implementação dos projectos e quatro (4) afirmaram ter recebido apoio para a construção de infra-estruturas, nomeadamente, a construção de habitações e capoeiras, como se pode observar nos depoimentos:

Depoimento 38: *“só nos entregaram pintos, ração, bebedores, vacinas e vitaminas para iniciarmos com a criação de frangos, mas não conhecíamos a quantidade de alimentos diários, posição dos bebedores, quantidades das vacinas e as infra-estruturas eram inadequadas. Os gestores do projecto eram da cidade de Maputo e por isso foi muito difícil obter resultados, porque não tínhamos ninguém para nos orientar a nível local”* (Entrevista nº 1 de 8 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 39: *“sou viúva, beneficie-me do projecto de geração de renda através da venda de produtos de primeira necessidade, (...) não tinha casa, as Irmãs Missionárias Scalabrinianas ajudaram na construção da minha casa, com recurso a material local e hoje aqui vivo com os meus quatro (4) filhos”* (Entrevista nº 20 de 12 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 40: *“os resultados do projecto não eram imediatos e sou mãe seropositiva, precisava de me alimentar para poder medicar e realizar actividades, por isso a ADPP ajudou-me com uma cesta básica, contendo arroz, feijão, massa, óleo, sabão”* (Entrevista nº 10 de 15 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Dos dados, infere-se que parte das OSC prestaram determinados apoios no âmbito da implementação dos projectos, sobretudo, a construção de habitações com recurso a material local para os beneficiários, incluindo a construção de capoeiras para que os beneficiários pudessem iniciar com a criação de frangos e produção de ovos.

Salientar que outras organizações concediam uma cesta básica às famílias consideradas vulneráveis, pois, os resultados dos projectos não eram imediatos, para além da existência de famílias vivendo com HIV/SIDA que necessitavam de uma dieta alimentar equilibrada para que pudessem fazer face à medicação e ao controle da doença.

Não tendo uma renda familiar garantida, as famílias vivendo com HIV/SIDA não poderiam adquirir alimentos e outros bens de primeira necessidade, por sua vez, teriam condicionamentos a nível da saúde. Por este motivo, algumas organizações, sobretudo, as Irmãs Missionárias Scalabrinianas, a Sociedade Aberta, a ADPP – TCE e o FDC concediam uma cesta básica aos beneficiários dos projectos.

Apesar de se destacarem organizações que prestavam apoios aos beneficiários no âmbito da implementação dos projectos, é importante frisar que a maior parte dos beneficiários entrevistados, afirmaram não ter recebido nenhum apoio ou serviços prestados pelas OSC, somente receberam os projectos para a sua implementação e em inúmeros casos sem a devida preparação, o que condicionou a realização das actividades.

Realçar que nem todas as organizações acompanhavam as acções dos beneficiários no âmbito da implementação dos projectos por várias razões, dentre estas, a falta de quadros qualificados capazes de responder às exigências dos projectos, aliada à falta de meios técnicos para levar a avante acções de formação e as questões estruturais inerentes as OSC.

4.14 Actividades realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil durante os projectos

A observância dos procedimentos adequados e a participação activa de todos os actores do processo de desenvolvimento rural é fundamental para a sustentabilidade dos projectos a serem desenvolvidos, visto que só assim é possível criar uma sinergia e evitar distorções resultantes dos projectos e distorções resultantes dos procedimentos usados.

No atinente às actividades desenvolvidas pelas OSC durante a implementação dos projectos no distrito de Moamba, segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, evidenciaram-se fragilidades no processo de monitoria dos projectos, sendo que notabilizou-se uma tendência das OSC preocuparem-se mais com a avaliação final dos projectos, em detrimento dos processos de monitoria e supervisão.

Assim, dos beneficiários entrevistados, onze (11) afirmaram que as OSC não realizaram nenhuma actividade no âmbito da implementação dos projectos, uma minoria de sete (7) afirmou que as OSC realizaram unicamente actividades no âmbito da avaliação dos projectos, ou seja, no

final do projecto e seis (6) afirmaram ter se beneficiado de acções de treinamento e formação, tendo sido realizadas apenas duas (2) sessões no princípio do projecto, como atestam os depoimentos:

Depoimento 41: *“apenas entregaram açúcar, massa, óleo e fósforos para vender e depois devíamos apresentar as contas na associação a cada final do mês. Ninguém acompanhou as nossas actividades, cada um procurou fazer o que podia”* (Entrevista nº 23 de 16 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 42: *“a falta de conhecimento fez com que acabássemos antes do tempo as rações e vitaminas porque não sabíamos administrar, não tivemos acompanhamento ou formação para podermos criar frangos”* (Entrevista nº 2 de 8 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 43: *“no início do projecto tivemos capacitação de dois (2) dias, mas não foi possível aprender a produzir ovos sem acompanhamento dos técnicos, por isso não conseguimos avançar, (...) eles só vieram no fim do projecto para avaliar”* (Entrevista nº 6 de 10 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

De acordo com os dados acima descritos, pode se deduzir que a maior parte das OSC durante a implementação dos projectos não exerceram nenhuma actividade, facto que condicionou em larga escala à eficácia e eficiência dos projectos implementados. Os beneficiários somente receberam das organizações produtos alimentares e de higiene para a sua posterior comercialização sem nenhuma base sólida sobre gestão de projectos, empreendedorismo ou mesmo comércio.

Nos restritos casos em que as OSC levaram a cabo acções de formação e de treinamento aos beneficiários, estas foram de curta duração. A minoria é que se beneficiou de acções formativas e de treinamento, porém, beneficiaram-se apenas de duas (2) sessões de formação no início do projecto, número insignificante para o desenvolvimento de competências, de modo a que pudessem responder às exigências do projecto.

Referir que destacaram-se ainda OSC que concentraram as suas atenções nos resultados finais dos projectos desenvolvidos, sem no entanto, se preocuparem com a sustentabilidade dos

mesmos. As OSC aproximaram-se às comunidades beneficiárias unicamente para o processo de avaliação final dos projectos.

Os processos de monitoria e avaliação permanente são determinantes para a correcta interpretação das estratégias a desenvolver no âmbito da implementação do projecto e consequente alcance dos objectivos traçados.

Quando os projectos são implementados sem dispor de uma base de monitoria, estes podem resultar no fracasso. Em muitos casos, os beneficiários não dispõem de mecanismos e estratégias de implementação, muito menos de conhecimentos que os permitam efectivar acções conducentes ao desenvolvimento, para além da possibilidade de desviarem os recursos para outros fins, sendo na sua maioria membros dos agregados familiares vulneráveis e vivendo no contexto da pobreza.

Não obstante a esta realidade, na óptica das OSC foram várias as actividades realizadas durante a implementação dos projectos nas comunidades, todavia, as organizações serviram de elo de ligação entre os diferentes intervenientes do processo. Portanto, destacaram-se com maior incidência actividades ligadas à monitoria e avaliação dos projectos, contrapondo os argumentos dos membros dos agregados familiares beneficiários, como atestam os depoimentos:

Depoimento 44: *“a Sociedade Aberta implementou vários projectos e neste período foram realizadas acções de monitoria e supervisão dos projectos implementados nas comunidades, principalmente os que incidiam na renda familiar, apoio as famílias vivendo com HIV/SIDA e COVs”* (Entrevista nº 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 45: *“as nossas intervenções estendiam-se por várias comunidades e não somente no distrito de Moamba, por isso não era fácil concentrar as atenções numa só comunidade. Os beneficiários sabiam que poderiam solicitar a nossa presença, caso tivessem dificuldades, mas isso não aconteceu, por isso, aproximamos para avaliação final dos projectos”* (Entrevista nº 26 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Os dados descritos apontam para uma maior incidência de acções na avaliação final dos projectos implementados pelas OSC, em detrimento das acções de formação e capacitação dos beneficiários.

Contudo, é pertinente analisar a discrepância nos dados apresentados, pois, na óptica dos membros dos agregados familiares beneficiários às OSC somente apresentaram os projectos e posteriormente os instrumentos de trabalho sem a devida orientação para o início das actividades, tendo regressado às comunidades no momento de avaliação final dos projectos. Em contrapartida as OSC asseguraram ter desenvolvido acções de formação, capacitação, monitoria e avaliação dos projectos implementados.

Ora, dos dados apresentados pode se depreender que efectivamente existiram fragilidades na actuação das OSC em acompanhar devidamente as actividades realizadas pelos beneficiários, o que em parte influenciou na insustentabilidade de alguns projectos desenvolvidos, pois, em muitos casos, as OSC somente apresentaram os projectos aos beneficiários, tendo regressado às comunidades beneficiárias para efeitos de avaliação final dos projectos.

4.15 Impacto socioeconómico dos projectos de desenvolvimento implementados

A avaliação do impacto socioeconómico dos projectos de desenvolvimento constitui um processo complexo e que exige o estabelecimento de parâmetros adequados para o efeito. Deste modo, no âmbito da pesquisa foi possível aferir algumas mudanças resultantes dos projectos implementados no período de 2003 a 2015 no distrito de Moamba.

As intervenções das OSC resultam em múltiplos impactos na vida das comunidades, principalmente as rurais que aliam as carências (bens e serviços) quantitativas as qualitativas. Nesta senda, na óptica dos membros dos agregados familiares beneficiários evidenciaram-se inúmeras mudanças resultantes dos projectos implementados, porém parte destas, foram temporárias.

Dos dados, doze (12) membros dos agregados familiares afirmaram que com a participação nos projectos foi possível garantir a renda familiar, que por sua vez permitiu suprir algumas necessidades, sete (7) afirmaram que a participação nos projectos permitiu o acesso a serviços, nomeadamente, o acesso à educação por parte das crianças, à saúde, à água, à energia eléctrica, incluindo a melhoria das suas habitações e cinco (5) destacaram o acesso ao tratamento anti-retroviral, como se pode observar nos depoimentos:

Depoimento 46: *“graças ao projecto da ADPP – TCE ainda estou vivo, fiquei muito tempo doente sem saber o que tinha e pensava que fosse feitiço (...). Com a sensibilização, hoje me benefico do tratamento anti-retroviral e estou bem”* (Entrevista nº 14 de 5 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 47: *“o projecto ajudou na escolarização das crianças, melhorei a minha casa, consegui ter água potável, energia e conseguia comprar alimentos para minha família, (...) mas quando o projecto terminou, tudo parou”* (Entrevista nº 18 de 9 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 48: *“os benefícios não foram tantos, porque não sabíamos como administrar os alimentos e vitaminas, por isso muitos pintos morreram, mas foi possível obter algum dinheiro para alimentação e saúde. Agora não tenho meios para sustentar a minha família”* (Entrevista nº 12 de 15 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 49: *“sou mãe solteira, com a participação no projecto consegui sustentar a minha família, consegui participar do xitique com colegas do projecto que permitiu a compra de cama, loiça e outros utensílios que não tinha, mas quando o projecto terminou não consegui avançar mais”* (Entrevista nº 18 de 9 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Parte considerável dos beneficiários declarou que durante o curso dos projectos foi possível melhorar a renda familiar, o que permitiu a compra de alimentos e outros produtos de primeira necessidade para o sustento familiar.

Foi igualmente possível aceder a serviços básicos, como o acesso à água potável e à energia eléctrica, porém com o termino dos projectos assistiu-se a um recrudescimento da pobreza familiar, pois, as formas de culminação dos projectos não permitiram uma continuidade das actividades realizadas no âmbito dos projectos, o que significa que as melhorias somente fizeram-se sentir a quando da duração dos projectos desenvolvidos.

Não obstante, os membros dos agregados familiares beneficiários asseguraram também que com os projectos implementados conseguiram participar nas poupanças informais (xitique), sendo este um mecanismo adoptado pelas comunidades como forma de garantir algumas reservas

financeiras, porém com o término dos projectos os agregados familiares beneficiários não conseguiram fazer face às poupanças informais.

Normalmente o “xitique” é mais conhecido como uma forma de poupança, e muito mais usado na área de micro - finanças. Porém, neste contexto, é usado como parte dos chamados fundos solidários entre os intervenientes, com vista a fazer face a contingências presentes e futuras, nomeadamente, doenças, falecimentos, casamentos, maternidade e outras, dentro de um grupo social específico da comunidade (Quive, 2007: 107).

Ainda nesta senda, segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das autoridades administrativas, a implementação de projectos a nível das comunidades resultou em múltiplos impactos a nível do desenvolvimento humano, decorrente do desenvolvimento socioeconómico dos agregados familiares beneficiários, incluindo o surgimento de novas infra-estruturas, como atestam os depoimentos:

Depoimento 50: *“a nível distrital destaca-se a construção de novas salas de aulas e apetrechamento das instituições, expansão da rede sanitária, expansão da rede de abastecimento de água, incluindo a abertura de fontenárias, o acesso ao tratamento anti-retroviral por parte das pessoas vivendo com HIV/SIDA”* (Entrevista nº 29 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 51: *“com os projectos desenvolvidos algumas famílias melhoraram as suas condições de vida, nomeadamente a melhoria das suas habitações, o acesso à educação por parte das crianças, registo de crianças, acesso aos serviços de saúde, acesso à renda familiar, dentre outros benefícios”* (Entrevista nº 26 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Pode se deduzir que a implementação de projectos de desenvolvimento no distrito de Moamba resultou em diferentes impactos, mas no entanto, importa destacar a expansão e melhoria dos serviços básicos, como a educação, saúde, rede de abastecimento de água e energia eléctrica.

Por outro lado, segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC em relação às mudanças resultantes dos projectos implementados, na opinião destes, os agregados familiares melhoraram significativamente as suas condições de vida, ou seja, melhoraram as suas habitações,

tiveram a capacidade de prover uma renda que os permitisse aceder a bens e serviços, assim como, assistiu-se ao surgimento de novas infra-estruturas, como atestam os depoimentos:

Depoimento 52: *“os projectos implementados pela Sociedade Aberta em parceria com a Embaixada da Itália permitiram a expansão da rede escolar, incluindo o acesso a maior número de crianças em idade escolar, permitiram também a expansão da rede de abastecimento de água e a redução dos casos de desnutrição infantil no distrito”* (Entrevista nº 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 53: *“a ADPP-TCE deu prioridade as actividades que permitiram a geração de renda comunitária, portanto, muitos agregados familiares conseguiram através dos diferentes projectos implementados garantir o sustento das suas famílias. É preciso assinalar o aumento de doentes de HIV/SIDA que passaram a beneficiar-se do tratamento anti-retroviral devido as campanhas de sensibilização nas comunidades”* (Entrevista nº 26 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 54: *“a Associação Phuka Lixile ajudou muito as comunidades com as campanhas de sensibilização e visitas domiciliárias às famílias. Muitos doentes de HIV/SIDA aderiram ao tratamento anti-retroviral e melhoraram a sua saúde”* (Entrevista nº 27 de 10 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Dos dados colhidos dos membros dos agregados familiares, dos representantes das autoridades administrativas e das OSC pode se aferir que há unanimidade em relação ao impacto dos projectos implementados, sendo que destaca-se com maior incidência a capacidade que os agregados familiares passaram a ter de prover uma renda familiar e como consequência disso o acesso a bens e serviços básicos necessários para a sua sobrevivência.

O surgimento de infra-estruturas como a construção de salas de aula, a expansão da rede de abastecimento de água e energia eléctrica constituíram outros avanços resultantes dos projectos implementados pelas OSC no distrito de Moamba. Apesar dos esforços empreendidos pelo governo na expansão dos serviços a nível dos distritos, estes ainda apresentam inúmeras carências e para a sua superação destaca-se o apoio de diferentes parceiros de desenvolvimento, incluindo as OSC.

Todavia, os avanços assinalados a nível dos agregados familiares foram temporários, ou seja, com o fim dos projectos os agregados familiares que outrora se beneficiaram de projectos de desenvolvimento perderam o seu poder de compra de produtos de primeira necessidade, assim como o acesso a serviços básicos como consequência da perda da renda familiar. O maior desafio dos projectos implementados pelas OSC no distrito de Moamba prendeu-se com a sustentabilidade dos mesmos, facto que vem a confirmar as hipóteses avançadas no estudo.

A questão da sustentabilidade dos projectos é crucial para o bem-estar social na medida em que evita situações de dependência por parte dos beneficiários em relação aos projectos implementados, pois, as acções não devem somente ser concentradas permanentemente ao mesmo grupo alvo, mas sim devem ser expandidas a outras comunidades também necessitadas.

Sarr (2016) já alertava para a necessidade de se esboçar estratégias de desenvolvimento adequada à realidade das sociedades africanas de modo a evitar projectos insustentáveis. Muitos dos projectos implementados no distrito de Moamba não espelhavam os anseios das comunidades, pois, esta não participou do processo de concepção dos mesmos, o que significa que foram esboçados na óptica dos financiadores (estrangeiros).

Para Sarr (2016) África não pode registar um desenvolvimento assinalável se continuamente importar modelos de desenvolvimento, para este autor, os africanos devem se libertar dos discursos transportados de outras realidades e devem alcançar uma total independência intelectual, que os permita definir modelos políticos, económicos e sociais assentes nos princípios, valores e costumes culturais africanos.

Contudo, na óptica de Sarr (2016) as ajudas das ONG's podem ser feitas com boa intenção, mas nem todas têm a preocupação de perceber quais as necessidades reais de África, pois, algumas têm ideias do que é África e agem de forma diferente daquela que foi acordada com os respectivos governos, seguem as suas agendas e não trazem grandes resultados.

4.16 Mecanismos de monitoria e avaliação dos projectos adoptados pelas autoridades administrativas

A intervenção de todos os actores do processo de desenvolvimento é fundamental em todas as fases dos projectos, de modo a permitir uma sinergia entre os actores envolvidos. É neste contexto que as autoridades administrativas criaram mecanismos de monitoria e avaliação dos projectos implementados pelas OSC.

Segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das autoridades administrativas, foram criadas equipas de monitoria dos projectos, mas as actividades foram condicionadas porque as OSC não revelavam o financiamento e abrangência dos seus projectos. Portanto, não foi possível avançar com acções de monitoria e avaliação dos projectos implementados, como se pode observar nos depoimentos:

Depoimento 55: *“as OSC quando traziam financiamento de fora não revelavam às autoridades administrativas e por vezes a administração local somente tomava conhecimento acerca do projecto quando este terminasse”* (Entrevista nº 30 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 56: *“aqui em Ressano Garcia muitas OSC vinham directamente da cidade de Maputo para as comunidades e mais tarde é que tomávamos conhecimento da sua presença e actividades, por isso não era possível monitor projectos desconhecidos. Estamos à procura de melhores estratégias para se evitar situações do género nos próximos projectos”* (Entrevista nº 32 de 14 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Pode se depreender que o processo de monitoria e avaliação dos projectos implementados no distrito de Moamba revelou-se ineficiente por vários motivos, dentre estes, o facto de as OSC não revelarem o seu financiamento e abrangência dos seus projectos junto às autoridades administrativas.

Estas e outras razões contribuíram para que as autoridades administrativas tivessem uma actuação limitada em relação à monitoria e avaliação dos projectos, pois, desconhecendo o âmbito de actuação das OSC dificilmente poderiam desenvolver mecanismos adequados ao processo de monitoria e avaliação dos projectos implementados por estas organizações.

Contudo, este facto leva a inferir que parte das organizações fechavam-se, ou seja, não abriam espaço para que outros intervenientes pudessem acompanhar as suas acções a nível das comunidades, muito menos opinar sobre o trabalho realizado por estas.

Em Moçambique existem diversas OSC que apenas lutam pela sobrevivência, estas são em número considerável, não clarificam o que advogam, nem como actuam e quem são os seus membros e geralmente são representadas por um indivíduo, muitas delas sem escritórios fixos, nem recursos humanos e recursos financeiros adequados (FDC, 2007).

4.17 Dificuldades enfrentadas durante a implementação dos projectos de desenvolvimento

Os entraves são inerentes aos processos de desenvolvimento, portanto, é neste contexto que foi importante perceber a natureza das dificuldades enfrentadas pelos diferentes actores do processo de desenvolvimento.

Segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, foram várias as dificuldades enfrentadas durante a consecução dos projectos, facto deveras influenciado pela falta de formação e conhecimento dos mecanismos de efectivação dos diferentes projectos, aliado aos elevados custos de produção e desvio de fundos por parte dos gestores dos projectos.

Deste modo, das entrevistas efectuadas, cinco (5) beneficiários afirmaram que a falta de formação e treinamento constitui o principal entrave para a implementação dos projectos, cinco (5) apontaram questões relacionadas com as infra-estruturas, quatro (4) apontaram o desvio de fundos, quatro (4) destacaram os elevados custos de produção, quatro (4) destacaram a duração dos projectos e por último dois (2) fizeram menção as formas de culminação dos projectos, como atestam os depoimentos:

Depoimento 57: *“os projectos eram dados a um grupo extenso de pessoas e em locais distantes das residências, sem energia e sem água para poder cuidar dos pintos, a distância de casa para o local onde construíram as capoeiras era de cinco quilómetros (5km) e não era fácil servir três (3) vezes ao dia. As poadeiras foram adquiridas na África do Sul e nós não tínhamos condições*

de voltar a adquirir uma segunda remessa lá, por isso a criação parou” (Entrevista nº 2 de 8 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 58: “se tivéssemos conhecimento ou formação não teríamos acabado a ração e as vacinas em pouco tempo, não conhecíamos a posição dos bebedores, os gestores vinham da cidade de Maputo e só nos entregaram os pintos, ração, vacinas e bebedores para iniciarmos com a criação de frangos. Quando apresentamos as nossas dificuldades aos gestores, disseram que devíamos procurar apoio na comunidade, (...) acho que eles também não sabiam esclarecer” (Entrevista nº 6 de 10 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 59: “tivemos uma capacitação de dois (2) dias e não era possível aprender a criar frangos e produzir ovos em dois (2) dias sem acompanhamento dos técnicos, (...) não fomos consultados sobre o tipo de aviários, estes não tinham cobertura para proteger os pintos do sol e da chuva e não conhecíamos o lugar onde retirar a água” (Entrevista nº 4 de 10 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 60: “os projectos que nós queríamos foram chumbados pelos gestores, argumentando que o fundo não cobria o nosso projecto, enquanto existia dinheiro, eles desviaram os fundos” (Entrevista nº 8 de 12 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 61: “o projecto só durou três (3) meses e por isso não permitiu aprender muita coisa e poder continuar sozinha. Não avisaram a data do término, somente disseram para ficarmos com cinquenta por cento (50%) do valor inicial e devíamos continuar com a venda de arroz, feijão, óleo, caldo, sabão e fósforos” (Entrevista nº 19 de 12 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

A falta de treinamento e formação condicionou o sucesso dos projectos implementados, pois, os membros dos agregados familiares beneficiários não tiveram uma formação sólida para gestão de negócios, apenas uma capacitação de dois (2) dias para a criação de frangos e poedeiras, para além dos gestores dos projectos terem apresentado dificuldades em orientar os beneficiários devido a falta de formação nas áreas em questão.

Outro factor condicionante tem a ver com os relatos de desvio de fundos, pois, segundo dados apurados dos beneficiários, os gestores não canalizavam todos os fundos alocados aos projectos definidos. Os elevados custos de produção mereceram destaque por parte dos beneficiários produtores de frangos e ovos, pois, segundo estes, os custos com as vitaminas, ração, água, luz e aquisição de pintos não estavam a altura de serem custeados pelos beneficiários, sendo que as OSC somente canalizaram quites para o início da produção.

Os pintos, ração e vitaminas entregues aos beneficiários pelas OSC foram outrora adquiridos na RSA e pelo facto dos membros dos agregados familiares beneficiários não reunirem condições para o efeito, perderam parte considerável da produção e conseqüente término precoce dos projectos.

A duração dos projectos constitui outro entrave, visto que estes geralmente tinham em média a duração variada entre três (3) a doze (12) meses, facto que por vezes não permitia aos beneficiários a assimilação das estratégias de efectivação dos projectos, incluindo o desenvolvimento de competências na área e muito menos lograr resultados tangíveis.

Aliada à questão da duração dos projectos, destacou-se a forma de culminação dos projectos, visto que muitos foram os relatos que davam conta de projectos que terminaram sem avaliação e sem nenhuma orientação dos beneficiários.

Contudo, os entraves acima descritos, na opinião dos membros dos agregados familiares beneficiários, contribuíram para que os objectivos não fossem alcançados na sua plenitude, para além de terem contribuído para o recrudescimento da pobreza nas famílias.

Foi igualmente importante perceber das autoridades administrativas a opinião que tinham em relação as dificuldades enfrentadas no processo de implementação dos projectos. Segundo dados apurados das entrevistas, evidenciaram-se factores endógenos e exógenos que condicionam o pleno desenvolvimento das comunidades do distrito de Moamba, como atestam os depoimentos:

Depoimento 62: *“a fraca articulação entre as OSC e as autoridades administrativas exerceu influência no tipo de projectos e selecção dos beneficiários. Em alguns casos foram implementados projectos que não eram considerados prioritários nas comunidades e nem sempre eram alocados às comunidades mais carenciadas, o que fez com que fossem*

implementados projectos com frequência nas mesmas comunidades” (Entrevista nº 30 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 63: *“as OSC clamavam por insuficiência de fundos para levar avante projectos às comunidades mais distantes da sede do distrito, por este motivo as comunidades de Penssene, Tenga e Sabie não se beneficiaram de muitos projectos durante esse período”* (Entrevista nº 29 de 29 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 64: *“o baixo nível de escolaridade dos beneficiários contribui para a ineficácia de alguns projectos que exigiam algum aprendizado, por isso muitos beneficiários não conseguiram avançar após o término dos projectos. Os beneficiários eram bastante dependentes dos projectos”* (Entrevista nº 32 de 14 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 65: *“os beneficiários com HIV/SIDA com frequência tinham de se ausentar para cuidados de saúde, por vezes tinham recaídas e nem sempre conseguiam participar das actividades nos projectos”* (Entrevista nº 31 de 14 de Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Em relação aos principais entraves apontados pelos representantes das autoridades administrativas, destaca-se a insuficiência de fundos, a fraca articulação com as OSC, os índices de analfabetismo e a problemática do HIV/SIDA. Os dados descritos apontam para uma multiplicidade de factores que condicionaram a implementação dos projectos no distrito de Moamba e consequentemente influenciaram nos resultados alcançados.

A insuficiência de fundos por parte das OSC para que pudessem estender as suas acções a outras comunidades exerceu larga influência no processo, facto que também contribui para que fossem implementados projectos de curta duração, o que revela fragilidades na estrutura das OSC moçambicanas, pois, *“parte da fraqueza da estrutura da Sociedade Civil revela-se ao nível organizacional e disponibilidades dos recursos financeiros e humanos das OSC”* (FDC, 2007: 13).

Em muitos casos, com o término dos projectos os agregados familiares retrocederam a situação de vulnerabilidade por não conseguirem dar continuidade com as actividades e também pelo

facto de os membros dos agregados familiares terem apresentado extrema dependência em relação aos projectos desenvolvidos.

Outro aspecto ressaltado na pesquisa prende-se com a fraca articulação entre as autoridades administrativas e as OSC na definição de estratégias que visavam uma melhor intervenção nas comunidades, sendo que as autoridades muitas vezes limitavam-se apenas na identificação de locais e beneficiários para a implementação dos projectos, mas que no entanto, nem sempre os projectos definidos eram alocados aos potenciais beneficiários ora identificados pelas autoridades administrativas.

Os níveis de analfabetismo mostraram-se determinantes no desenvolvimento das actividades, pois, os beneficiários apresentavam dificuldades na assimilação dos conteúdos no contexto das reduzidas acções de capacitação e formação, para além de terem apresentado limitações em matéria de gestão.

Os índices de seroprevalência no distrito mostraram-se também influentes, pois, repetidas vezes os beneficiários com HIV/SIDA abandonavam as actividades devido a recaídas, para além das ausências frequentes para fazerem face à assistência médica e medicamentosa, facto agudizado por não poderem realizar actividades que exigiam esforços físicos acrescidos.

No atinente aos entraves enfrentados pelas OSC na implementação de projectos, segundo dados apurados das entrevistas aos representantes das OSC, estes estavam relacionados com a dependência financeira por parte das OSC. Por outro lado, a duração dos projectos e a fraca capacidade de gestão por parte dos beneficiários devido aos índices de analfabetismo também revelaram-se determinantes no processo, como atestam os depoimentos:

Depoimento 66: *“muitas OSC que actuaram e outras que ainda actuam no distrito de Moamba debatem-se com a problemática de insuficiência de fundos para implementar projectos fundamentais para as comunidades. Em muitos casos, os nossos projectos ficaram reféns da aprovação dos financiadores e nem sempre iam ao encontro dos objectivos dos financiadores, por isso com frequência tínhamos de refazer os projectos”* (Entrevista nº 25 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 67: *“os beneficiários eram dependentes dos projectos e a maior parte deles não tinham concluído o nível básico e foi muito difícil implementar projectos nessas condições”* (Entrevista nº 26 de 22 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 68: *“o financiamento não permitia implementar projectos de longa duração, por isso foram implementados projectos que em média duravam dois (2) a seis (6) meses. Muitas famílias carenciadas precisavam de apoio, por isso tínhamos que procurar abranger o maior número possível de agregados familiares num curto espaço de tempo”* (Entrevista nº 27, Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 69: *“os requisitos exigidos pelos financiadores eram demasiado complexos para o nível de organização das OSC do distrito de Moamba, por isso nem sempre conseguíamos aceder ao financiamento”* (Entrevista nº 28 de 10 Outubro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

A dependência financeira das OSC contribui para que determinados projectos traçados não fossem implementados, para além de alterações frequentes impostas pelos financiadores que em muitos casos, não detinham o conhecimento do modo de vida dos beneficiários, o que fez com que alguns projectos não tomassem em consideração os hábitos e costumes das comunidades.

A grande dependência e fragilidades financeiras dessas organizações não favorecem a sua especialização sectorial. Muitas vezes elas procuram, antes de tudo, subsídios para “fazer funcionar a loja”, em vez de meios para implementar uma verdadeira estratégia de intervenção. Dificilmente elas podem contar com um financiamento regular de um parceiro que pretende especializar-se numa área específica. Para subsistir entre um projecto e outro, muitas ONG adoptam a solução de alargar o leque das suas actividades para garantirem um máximo de oportunidades de ter fundos (SCAC, 2005: 31).

Contudo, no distrito de Moamba a dependência financeira não se restringia às organizações, estendia-se aos membros das OSC, pois, parte dos membros concebiam as OSC como o garante do seu emprego e sustento, o que tornou as organizações mais frágeis e dependentes.

4.18 Avaliação dos projectos de desenvolvimento implementados

Na perspectiva de se aferir o contributo dos projectos implementados pelas OSC foi pertinente perceber dos beneficiários a avaliação que fazem dos projectos implementados. Nesta senda, segundo dados apurados das entrevistas aos membros dos agregados familiares beneficiários, dez (10) apontaram para as limitações estruturais, com particular destaque para a exiguidade dos fundos e duração dos projectos.

Não obstante, oito (8) membros dos agregados familiares destacaram melhorias nas condições de vida, particularmente ao acesso a bens e serviços e seis (6) destacaram a fraca participação da comunidade na concepção dos projectos, como atestam os depoimentos:

Depoimento 70: *“(...) se tivessem tido em conta as necessidades da comunidade antes de trazer os projectos, teríamos conseguido superar muitos problemas, mas os projectos eram deles e eles é que determinavam como devia ser”* (Entrevista nº 18 de 9 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia).

Depoimento 71: *“o projecto permitiu que pudesse sustentar a minha família, mas foi por pouco tempo, porque só durou cinco (5) meses e disseram que não podiam apoiar mais, porque outras famílias precisavam também de apoio”* (Entrevista nº 4 de 10 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 72: *“os projectos aqui no distrito permitiram aumentar o número de salas de aula e carteiras, temos mais fontenárias, mais pessoas hoje beneficiam-se do tratamento anti-retroviral graças aos projectos implementados”* (Entrevista nº 9 de 12 de Agosto de 2016, Posto Administrativo de Moamba).

Depoimento 73: *“foi possível com a venda de frangos e ovos levar as crianças à escola, consegui melhorar a minha casa, ligar água, energia e construí uma pequena loja, tudo graças ao projecto”* (Entrevista nº 23 de 16 de Setembro de 2016, Posto Administrativo de Ressano Garcia) (Vide: fotografia 4.18.1).



Fonte: **Arquivo do pesquisador (16 de Setembro de 2016: 16:07)**

Fotografia 4.18.1. Estabelecimento comercial de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Ressano Garcia

Os dados acima descritos ilustram o contributo que as OSC tiveram no distrito de Moamba. Todavia, existiram factores que contribuíram para que prevalecessem os índices de pobreza no seio dos agregados familiares que outrora se beneficiaram de projectos de desenvolvimento.

A fraca participação da comunidade na concepção dos projectos foi também considerada crucial nos resultados obtidos nos projectos implementados pelas OSC de 2003 à 2015, pois, parte dos projectos não espelhavam os anseios das comunidades.

Contudo, evidenciaram-se também limitações estruturais relacionadas com a exiguidade de fundos e com a duração dos projectos desenvolvidos, tendo resultado em projectos de curta duração e pouco sustentáveis, condicionando deste modo, o pleno desenvolvimento das comunidades do Posto Administrativo de Moamba e do Posto Administrativo de Ressano Garcia.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O contributo das OSC no desenvolvimento das comunidades rurais é preponderante, partindo do pressuposto que estas comunidades apresentam mais privações de oportunidades quando comparadas com as do meio urbano. Falar sobre o desenvolvimento é complexo por se tratar de o termo polissémico, o que torna as abordagens mais desafiantes.

Na presente pesquisa a discussão em torno do desenvolvimento das comunidades rurais não fez referência a todas as dimensões do desenvolvimento. No presente estudo fez-se alusão ao desenvolvimento socioeconómico das comunidades do distrito de Moamba, nomeadamente, a expansão e o acesso a bens e serviços fundamentais ao bem-estar dos agregados familiares beneficiários dos projectos implementados pelas OSC no período de 2003 a 2015, sobretudo, as oportunidades oferecidas a este grupo social.

Em relação a pergunta de pesquisa levantada, os dados da pesquisa apontam para uma multiplicidade de impactos resultantes das intervenções das OSC. A nível do distrito de Moamba destaca-se o surgimento de novas infra-estruturas como a construção de salas de aula, a expansão da rede de abastecimento de água e energia eléctrica, a expansão da rede sanitária, o aumento do número de doentes de HIV/SIDA que passaram a beneficiar-se do tratamento anti-retroviral, acções no combate à desnutrição infantil, dentre outras mudanças resultantes dos projectos implementados.

Das melhorias resultantes da implementação dos projectos a nível dos agregados familiares, importa destacar a capacidade que os membros dos agregados familiares beneficiários tiveram de aceder a bens e serviços básicos, designadamente, o acesso aos serviços de saúde, acesso à educação por parte das crianças, o acesso à água potável, o acesso à energia eléctrica e melhorias nas habitações.

Não obstante, as mudanças a nível dos agregados familiares acima arrolados subsistiram no período em que os projectos duraram. Todavia, com o término dos projectos registaram-se retrocessos principalmente no acesso a bens e serviços básicos, facto que leva a deduzir que os projectos que insidiam directamente aos agregados familiares revelaram-se na sua maioria insustentáveis.

Os avanços assinalados foram temporários, ou seja, com o fim dos projectos os agregados familiares que outrora se beneficiaram de projectos passaram a sofrer restrições no acesso a bens e serviços básicos como alimentação, saúde e educação por não disporem de mecanismos para o sustento familiar, o que se resume na privação das liberdades básicas como advoga Amartya Sen, pois, estes agregados familiares viram condicionada a possibilidade de fazerem escolhas que as permitisse um vida condigna.

Em relação às hipóteses levantadas, estas foram testadas e confirmadas, sendo que efectivamente os projectos implementados pelas OSC no distrito de Moamba contribuíram para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, porém com o seu término os agregados familiares beneficiários voltaram a apresentar índices elevados de pobreza, o que significa que os projectos desenvolvidos a nível dos agregados familiares não foram sustentáveis.

Constatou-se ainda que parte dos projectos implementados no distrito revelaram-se desajustados a realidade vivencial das comunidades devido à fraca participação e integração da comunidade na concepção e promoção de acções formativas no âmbito da implementação dos projectos.

A fraca participação da comunidade na concepção dos projectos foi determinante nos resultados obtidos, pois, evidenciaram-se projectos que não espelhavam os anseios das comunidades beneficiárias, para além dos elevados custos de produção nos projectos que visavam a criação de frangos e produção de ovos.

A exiguidade de acções formativas e de treinamento dos beneficiários condicionou a implementação dos projectos, pois, parte considerável dos beneficiários não teve nenhuma formação para gestão de negócios ou empreendedorismo, apenas reduzidas acções de capacitação que não os permitiu desenvolver competências nas áreas afins.

Aliada à questão da exiguidade de acções de formação, destacou-se o facto dos gestores dos projectos não possuírem uma formação específica que os permitisse levar avante acções formativas com conhecimentos sólidos sobre os projectos e estratégias de gestão de desenvolvimento.

O baixo nível de escolaridade dos membros dos agregados familiares, a problemática do HIV/SIDA e a extrema dependência dos membros dos agregados familiares em relação aos

projectos implementados também constituíram entraves na consecução dos projectos implementados no Posto Administrativo de Moamba e de Ressano Garcia.

As limitações estruturais relacionadas com a exiguidade de fundos e com a duração dos projectos também influenciaram nos resultados obtidos, pois, a extrema dependência financeira das OSC contribui para que determinados projectos traçados não fossem implementados, para além das alterações constantes impostas pelos financiadores que em muitos casos, não detinham o conhecimento do modo de vida dos beneficiários, o que fez com que alguns projectos não tomassem em consideração os hábitos e costumes das comunidades.

A extrema dependência financeira das OSC condicionou a capacidade de negociação das OSC com os financiadores, facto que contribui para que fossem implementados projectos que espelhavam as prioridades e agendas dos financiadores. O financiamento era aprovado pelas instituições financeiras dos projectos e no entanto, em alguns casos, uma percentagem considerável dos fundos ficava no país de origem para fazer face às despesas administrativas e de logística dos gestores da instituição financeira, sobretudo nas suas deslocações ao país financiado.

Realçar que a dependência financeira das organizações que actuaram no distrito de Moamba estendia-se aos membros das OSC, pois, os membros concebiam as organizações como uma garantia do seu emprego e conseqüente sustento, o que tornou as organizações mais dependentes, fragilizadas e reféns dos financiadores.

A interacção entre as OSC e os financiadores revelou-se fragilizada, facto deveras condicionado pela fraca credibilidade dos financiadores na capacidade das OSC, sobretudo devido a fraca capacidade organizacional e de liderança da maior parte das OSC.

A fraca articulação entre as autoridades administrativas e as OSC na definição de estratégias que visavam uma melhor intervenção nas comunidades, condicionou o decurso das actividades, pois, em muitos casos as autoridades administrativas não tinham o conhecimento das acções das OSC nas comunidades e nos reduzidos casos em que existia uma interacção, as autoridades administrativas limitavam-se apenas na identificação de locais e beneficiários para a implementação dos projectos, porém nem sempre os projectos eram alocados a estas comunidades.

Contudo, é importante frisar que apesar das OSC no período de 2003 a 2015 terem contribuído para o desenvolvimento das comunidades do distrito de Moamba, a maior parte dos beneficiários após o término dos projectos não encontrou um enquadramento social, o que por sua vez, contribui significativamente para o incrementando os índices de pobreza já existentes nestas comunidades.

Ao se depreender uma análise entre a teoria da Sociedade Civil de Gramsci e a problemática do desenvolvimento rural ora em discussão, percebe-se a pertinência da teoria Gramsciana de Sociedade Civil, pois, na discussão sobre o desenvolvimento rural urge a necessidade de se ter em conta as especificidades de cada grupo social, valores e princípios, hábitos, crenças e costumes, pois, projecta-se aqui a Sociedade Civil como sendo a organização e produção de vontades colectivamente organizadas, implicando visões do mundo diversificadas, consciências sociais e formas de ser adequadas.

Gramsci exalta no entanto, a necessidade de se ter em conta a identidade de um grupo social, pois, a necessidade se resolve em liberdade e portanto, tanto o passado histórico quanto as relações sociais existentes constituem as condições objectivas, cujo reconhecimento é obra do sujeito histórico activo, ou seja, vontade colectiva que seria neste contexto entendida como a vontade da comunidade. Isto pressupõe que as OSC devem representar os interesses da colectividade, sem imposições dos financiadores e nem do Estado.

Para Gramsci só através do reconhecimento das condições objectivas é que o sujeito activo se torna livre e se põe em condições de poder transformar a realidade. A estrutura de força externa que esmaga o homem, que o assimila a si e que o torna passivo, em Gramsci transforma-se em liberdade, em um instrumento para criar uma nova forma ético-política dando origem a novas iniciativas.

A abordagem orientada ao actor de Norman Long foi de igual modo pertinente na análise do contributo das OSC no desenvolvimento das comunidades rurais. Esta teoria é centrada no conceito sociológico de *agency*, ou seja, a capacidade dos actores (beneficiários) intervirem no curso dos acontecimentos, o que significa que está intrinsecamente relacionado ao poder de decisão que os principais actores (beneficiários) têm no processo de desenvolvimento.

A teoria enfatiza que as escolhas e decisões individuais são inseridas em valores, normas e estruturas institucionais, pois, é através da agência humana (fazer uma diferença no fluxo dos eventos sociais) que as estruturas podem mudar. No entanto, todos os actores sociais exercem algum tipo de agência, incluindo aqueles que se encontram subordinados sob as formas mais extremas de coerção.

Na discussão sobre o desenvolvimento, a abordagem de Felwine Sarr (2016) encontrou o seu enquadramento na presente pesquisa. Diante da realidade acima descrita sobre os factores que influenciaram os processos de desenvolvimento no distrito de Moamba, Felwine Sarr traz uma resposta proeminente aos problemas dos países africanos, isto é, a necessidade da reconstrução da identidade dos africanos a partir da valorização das tradições africanas, de modo a que as sociedades africanas saibam se posicionar nos processos decisivos da sua vida.

Para Sarr (2016), é desafiante resolver todos os problemas do continente africano, mas os países africanos têm a possibilidade de se auto afirmar. Para tal, urge a necessidade de se imaginar um novo futuro para África, onde os africanos têm a possibilidade de desenvolver as suas próprias ideias, sobre como gerir aspectos políticos, económicos, culturais, simbólicos e se pensar nos valores e tipo de sociedade que se pretende construir.

Nesta senda, para Felwine Sarr só é possível pensar-se num desenvolvimento acelerado de África se os africanos ganharem a total independência intelectual e criar ideias originais, evitando deste modo importação ou imposição de modelos de organização social desarticuladas às realidades das sociedades africanas. Contudo, urge a necessidade de se conceber projectos que espelhem os valores e tradições dos beneficiários.

- **Recomendações**

Partindo do pressuposto que todos os actores do processo de desenvolvimento desempenham um papel preponderante na busca de mecanismos que permitam o desenvolvimento das comunidades rurais são avançadas algumas recomendações no estudo. Com efeito, recomenda-se em relação:

- **Identidade do projecto**

- ✓ A estratégia do desenvolvimento rural deve fortalecer o senso de identidade local, de modo a que os projectos espelhem os anseios e perspectivas da comunidade assentes nas tradições e nos valores culturais da mesma;
- ✓ Os projectos implementados pelas OSC devem espelhar igualmente uma identidade territorial que se traduz na integração das comunidades beneficiárias em todas fases do projecto (concepção, monitoria e avaliação).

- **Intervenção comunitária das Organizações da Sociedade Civil**

- ✓ As intervenções das OSC a nível das comunidades devem obedecer todos os procedimentos administrativos exigidos para o efeito, de modo a evitar distorções nos projectos implementados.

- **Capacitação organizacional e empoderamento social**

- ✓ Urge a necessidade de formação de quadros a nível das OSC capazes de empreender uma dinâmica de trabalho assente na ética e na competência;
- ✓ Fortalecer os espaços de tomada de decisão, através de encontros de auscultação com a comunidade, com a finalidade de discutir os problemas sociais que possibilitem elaborar propostas válidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bernardit, D. C. F. (2010). *Cada caso é um Caso*. 1ª Edição. São Paulo: Coleção Abrigos em Movimentos.

Bobbio, N. (1982). *Conceito da Sociedade Civil*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Edições Graal.

Brito, L.; et. al. (2012). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.

Brito, L.; Chivulele, F. M. (2017). *Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique: Uma colectânea de textos*. Maputo: IESE.

Castel-Brancro, N.; Massingue, N.; Ali, R. (2010). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE.

Chambers, R. (1997). *Whose reality counts: putting the first last*. Londres: Intermediate Technology.

Fundo do Desenvolvimento Comunitário. (2007). *Índice da Sociedade Civil em Moçambique: a Sociedade Civil por dentro, Avaliação, Desafios oportunidades e Acção*. 1ª Edição. Maputo: FDC.

Francisco, A. A. (2007). *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua compreensão crítica*. Maputo.

Francisco, A. (2010). *Sociedade Civil em Moçambique: Perspectivas e Desafios*. Maputo.

Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: Como fazer uma pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Mapa geográfico do distrito de Moamba*. Maputo.

Laville, C, Dionne, J. (1999). *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: UFMG.

Lopes, C. (2005). *Cooperação e Desenvolvimento Humano. A Agenda Emergente para o novo Milénio*. São Paulo: UNESP.

- Long, N. (1992). *From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development*. Londres: Routledge.
- Ministério da Administração Estatal. (2005). *Perfil do distrito de Moamba*. Maputo: MAE.
- Ministério da Planificação e Desenvolvimento. (2010). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Terceira avaliação nacional*. Maputo: MPD.
- Milando, J. (2005). *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.
- Michel, M. H. (2005). *Um Guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Editora Atlas.
- Mosca, J. (2002). *Encruzilhadas de África: Ênfase para os PALOP*. 1ª Edição. Lisboa. Instituto PIAGET.
- PNUD. (2006). *Relatório do Índice Desenvolvimento Humano*. PNUD.
- PNUD. (2014). *Relatório do Índice Desenvolvimento Humano*. PNUD.
- PNUD. (2016). *Human Development Report*. S/e. New York: UNDP.
- Quive, S. A. (2005). *Protecção Social em Moçambique: Uma rede furada de Protecção Social*. Maputo.
- Sarr, F. (2016). *Afrotopia*. Paris: Éditions Philippe Rey.
- Saraceno, C.; Naldini, M. (2003). *Sociologia da Família*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa.
- SCAC. (2005). *As Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: actores em movimento*. Maputo.
- Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. 1ª Edição. São Paulo: S/ed.
- Silva, M. T. R.; Arns, P. C. (S/d). *Desenvolvimento Comunitário*. Pernambuco: BNDS – PNUD.
- Sitoe, T. A. (S/d). *A Abordagem orientada ao Actor e Estilos da Agricultura de Norman Long e Van der Ploeng*.

Teixeira, E. (2008). *As três Metodologias Académicas da Ciência e da Pesquisa*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Topsøe-Jense,; at. al. (2015). *Estudo de Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil*. 1ª Edição. Niassa: S/ed.

WILSAMOZ. (1998). *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*. Maputo: WILSAMOZ.

APÊNDICES



APÊNDICE 1 - Guião de entrevista aos membros dos agregados familiares

I – Dados pessoais: Género - Idade

1. Área Ocupacional / Actividade actual?
2. Qual é o tipo de projecto que se beneficiou e em que ano?
3. Quanto tempo durou o projecto?
4. Quem criou o projecto e quem financiou?
5. Qual foi o seu papel na concepção do projecto do qual se beneficiou?
6. Quais foram os factores que se tomou em consideração na definição do projecto?
7. Quais foram os requisitos exigidos para se beneficiar do projecto?
8. Que actividades as Organizações da Sociedade Civil fizeram durante o projecto?
9. Quais são os outros serviços que as Organizações da Sociedade Civil providenciaram durante o projecto?
10. Que mudanças (impacto socioeconómico) os projectos trouxeram a sua vida e a sua família?
11. Que dificuldades enfrentou no processo de implementação do projecto?
12. Qual é a avaliação que faz destes projectos implementados pelas Organizações da Sociedade Civil?

Juntos por um desenvolvimento rural inclusivo!



APÊNDICE 2 - Guião de entrevista aos representantes das Organizações da Sociedade Civil

1. Que funções desempenha e a quanto tempo esta na organização?
2. Qual é a sua área de formação? Teve alguma formação específica para a área que trabalha?
3. Que tipo de projectos a organização implementou de 2003 a 2015?
4. Quais foram os principais actores do processo de concepção dos projectos de desenvolvimento que foram implementados?
5. Quais foram os critérios de definição dos projectos?
6. Qual foi a proveniência do financiamento dos projectos implementados na comunidade?
7. Quais foram os requisitos exigidos para que os projectos pudessem ser financiados?
8. Qual foi o papel (acções e actividades) da comunidade local nos projectos desenvolvidos?
9. Quais foram os critérios de elegibilidade usados para a selecção dos beneficiários dos projectos?
10. No processo de implementação dos projectos, quais foram as principais actividades realizadas pela organização?
11. Que mudanças a nível social e económico os projectos trouxeram a comunidade local?
12. Quais foram os principais entraves que a organização enfrentou na implementação dos projectos no distrito de Moamba?

Juntos por um desenvolvimento rural inclusivo!



APÊNDICE 3 - Guião de entrevista as autoridades administrativas

1. Qual é a função que desempenha na instituição?
2. Qual foi a articulação que a Administração local teve com as Organizações da Sociedade Civil nos projectos implementados?
3. Qual foi o papel da Administração na definição dos projectos de desenvolvimento local?
4. Quais foram os factores que influenciaram na definição dos projectos a nível local?
5. A Administração exerceu alguma influência na identificação e selecção dos beneficiários?
6. Que mecanismos foram adoptado para a monitoria e avaliação dos projectos implementados pelas Organizações da Sociedade Civil?
7. Que mudanças os projectos implementados pelas Organizações da Sociedade Civil trouxeram a vida da comunidade?
8. Qual foi o contributo a nível social e económico dos projectos implementados pelas Organizações da sociedade Civil no período de 2003 a 2015?
9. Quais foram os principais entraves enfrentados no processo de desenvolvimento das comunidades do distrito de Moamba?
10. Que sugestões avança para melhoria da intervenção das Organizações da Sociedade Civil a nível das comunidade?

Juntos por um desenvolvimento rural inclusivo!



APÊNDICE 4 - Guião de entrevista ao representante das Organizações da Sociedade Civil do distrito de Moamba (informante-chave)

1. A quanto tempo exerce a função de representante das Organizações da Sociedade Civil a nível do distrito?
2. Existe uma Plataforma das Organizações da Sociedade Civil a nível local?
3. Qual é o papel do representante das Organizações da Sociedade Civil?
4. Quais foram as Organizações da Sociedade Civil que actuaram na área do desenvolvimento das comunidades de 2003 a 2015 no distrito de Moamba?
5. Como é feita a articulação entre as Organizações da Sociedade Civil, as autoridades administrativas e as comunidades?
6. Quais são os factores que determinam a definição dos projectos?
7. Qual é a origem do financiamento dos projectos desenvolvidos? E quais são os mecanismos de financiamento?
8. Qual foi o contributo a nível social e económico dos projectos implementados pelas Organizações da Sociedade Civil no período de 2013 a 2015 na comunidade?
9. Quais são os principais entraves e desafios enfrentados pelas Organizações da Sociedade Civil a nível local?

Juntos por um desenvolvimento rural inclusivo!



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

APÊNDICE 5 - Guião de observação - Agregados familiares

ASPECTOS A OBSERVAR	LOCAL	COMENTÁRIO
Actividades de rendimento (actual)		
Tipo de habitação		
Acesso a água potável		
Acesso a energia eléctrica		

Juntos por um desenvolvimento rural inclusivo!



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

APÊNDICE 6 - Guião de observação – Postos Administrativos

ASPECTOS A OBSERVAR	LOCAL	COMENTÁRIO
Infra-estruturas (estradas, pontes); rede de transporte		
Rede de abastecimento de água		
Rede de distribuição da energia eléctrica		
Tipo de habitação		
Serviços bancários		
Actividades de rendimento		

Juntos por um desenvolvimento rural inclusivo!

APÊNDICE 7 - DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu _____ membro dos agregados familiares beneficiários dos projectos e programas de desenvolvimento implementados pelas Organizações da Sociedade Civil fui convidado a participar da pesquisa na qualidade de beneficiário sobre o tema: *O Contributo das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Moamba (Posto Administrativo de Moamba e Posto Administrativo de Ressano Garcia*, cujo objectivo é analisar o contributo das Organizações da Sociedade Civil no desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Moamba.

Fui informado que os resultados da pesquisa são usados para fins unicamente académicos, e portanto, autorizo o pesquisador, Emídio de Brito Belarmino Moiana a fazer o correcto uso das informações colhidas, assim como as imagens das nossas residências.

Declaro que não foi acordada nenhuma compensação monetária para a efectivação da presente pesquisa em troca das informações dadas.

O Declarante _____

O pesquisador: Emídio de Brito Belarmino Moiana

Data: Março a Outubro de 2016

APÊNDICE 8: Vista frontal da Sede do Posto Administrativo de Moamba



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Setembro de 2016)

APÊNDICE 9: Vista frontal da Sede do Posto Administrativo de Ressano Garcia



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Setembro de 2016)

APÊNDICE 10: Instalações do Centro - Irmãs Missionárias Scalabrinianas: Ressano Garcia



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Agosto de 2016)

APÊNDICE 11: Vista parcial do Posto Administrativo de Ressano Garcia



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Setembro de 2016)

APÊNDICE 12: Cozinha de uma família beneficiária no Posto Administrativo de Moamba



(Fonte: Arquivo do pesquisador, Setembro de 2016)

ANEXOS